

BOLÍVAR LAMOUNIER

O país precisa ter
novas lideranças

ENAI 2018

Encontro serviu para
reivindicar mudanças

INDÚSTRIA DE PONTA

Olimpíada do Conhecimento
mostra o que há de melhor

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 24 | Julho 2018

ESCOLHER O FUTURO

CNI SABATINA PRESIDENCIÁVEIS E
APRESENTA MEDIDAS PRIORITÁRIAS
PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



DEIXE A REDE CIN ABRIR AS PORTAS PARA A SUA EMPRESA NO EXTERIOR.

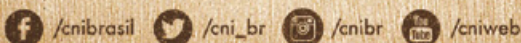
A Rede CIN, coordenada pela CNI com as Federações de Indústrias, existe desde 1998 para ajudar na internacionalização das empresas, independentemente do grau de maturidade que possuem para exportar. São soluções completas para uma entrada bem-sucedida nos competitivos mercados globais.

Quer expandir seus negócios lá fora?
A Rede CIN é a porta de entrada.
Procure o CIN da Federação de Indústrias ou acesse cni.com.br/assuntosinternacionais e saiba mais.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



CARTA AO LEITOR

Há quase 30 anos, Ulysses Guimarães definiu a nova Constituição Brasileira como uma lei geral que fazia os cidadãos mais poderosos, dando-lhes prerrogativas inexistentes à época, especialmente na escolha direta de seus governantes. Neste ano, em meio à pior crise da Nova República, esses cidadãos se veem pela oitava vez seguida diante da oportunidade de escolha da futura Presidência. Um erro nessa decisão coletiva será seguido por mais retração, desemprego e desconfiança. Um acerto, pela possibilidade de construirmos um ambiente sustentável para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A gravidade do momento histórico do país esteve presente no diagnóstico dos seis nomes convidados ao *Diálogo da Indústria com os Candidatos à Presidência*, evento realizado no dia 4 de julho pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e que ocupa a reportagem de capa desta edição. Ordenados por sorteio, estiveram presentes Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede), Jair Bolsonaro (PSL), Henrique Meirelles (MDB), Ciro Gomes (PDT) e Álvaro Dias (Podemos). Se nenhuma outra candidatura competitiva for anunciada nas próximas semanas, a faixa presidencial provavelmente será transferida a um desses nomes em 2019.

O encontro revelou muitas diferenças entre as plataformas, mas felizmente mostrou um entendimento comum de que há uma crise fiscal séria a ser enfrentada e que nenhum programa de desenvolvimento econômico do país será sustentável sem que as contas do Tesouro Nacional estejam em ordem. Isso dependeria, necessariamente, de uma reforma da Previdência Social. O compromisso com a responsabilidade fiscal é um sinal positivo, mas outros devem ser dados, como nas condições de financiamento do setor produtivo, no investimento em infraestrutura que melhore a competitividade da indústria e no aprimoramento da governança que seja capaz de reduzir a inédita insegurança jurídica sob a qual operam atualmente os agentes econômicos.

Esta edição também traz uma análise do cientista político Bolívar Lamounier sobre o contexto político nacional, amplas coberturas sobre o Encontro Nacional da Indústria (ENAI) e a *Olimpíada do Conhecimento*, eventos realizados em Brasília no mês de julho, e os resultados do estudo *Indústria 2027*, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Sandro Lima e Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmato, Esteban Pinilla, Gabriela Assreuy e Thais Lunni; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>
<https://www.youtube.com/user/cniweb>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaiabr>
<https://www.linkedin.com/company/senai-nacional>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>

ARTIGO DO PRESIDENTE



6



SUMÁRIO

CAPA



Diálogo da indústria com seis presidentiáveis revela ao setor as propostas do possível governante em 2019

8

INFOGRAFIA

Conheça os principais temas dos 43 cadernos que a indústria brasileira entregou aos pré-candidatos

14

DISCURSOS

Saiba o que disseram os candidatos em seus discursos inaugurais e como responderam às três perguntas da indústria

16

BOLÍVAR LAMOUNIER

Cientista político traça diagnóstico político do país e fala sobre as chances da agenda de reformas prosperar

22

INDÚSTRIA EM AÇÃO

Brasil e Alemanha podem estabelecer, em breve, parceria sobre a transição para a indústria 4.0

26

AGENDA LEGISLATIVA



Encontro discutiu a agenda para o próximo governo, a atual revolução tecnológica e os desafios de inovação e educação no país

28

COMPETITIVIDADE

Estudo mostra que um quarto do setor industrial brasileiro pode estar operando sob o modelo 4.0 em dez anos

32

PRODUTIVIDADE

Governo apresenta proposta polêmica de cortar alíquotas para importação de bens de capital

34

CHOQUE

Greve dos caminhoneiros breca recuperação da confiança na indústria, medida pelo ICEI

36

TERMÔMETRO ECONÔMICO

Problemas no transporte de cargas em maio fez faturamento industrial despencar

38

GIRO BRASIL



Sergipe defende projeto sobre venda direta de etanol hidratado para postos de combustível

40

GIRO GLOBAL



Federação alemã apoia acordo de livre comércio com Reino Unido, após país deixar a União Europeia

42

SESI / SENAI / IEL

Olimpíada do Conhecimento mostra como as inovações industriais melhoram a qualidade de vida da sociedade

44

TRÊS GRANDES EVENTOS PARA REPENSAR O BRASIL

O desenvolvimento do Brasil depende de uma mudança de mentalidade. A caminhada para o progresso exige consensos políticos para viabilizar reformas que aprimorem o ambiente econômico, reduzam a burocracia, garantam segurança jurídica e estimulem a retomada dos investimentos. As eleições de outubro, em que serão escolhidos os próximos governantes, constituem mais uma oportunidade de unir esforços na direção do crescimento da economia e da melhora da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Cumprindo uma das suas principais missões, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) trabalha diariamente em favor do desenvolvimento, como

demonstrou em uma série de atividades realizadas pela entidade em julho. Entre os dias 3 e 8, o Sistema Indústria promoveu três eventos fundamentais para repensar os rumos do país e encontrar fórmulas para construir uma nação mais próspera: o Encontro Nacional da Indústria (ENAI), o Diálogo da Indústria com pré-candidatos à Presidência da República e a Olimpíada do Conhecimento.

Realizado no dia 3, o ENAI reuniu cerca de 2 mil participantes para debater temas como governança e aperfeiçoamento institucional, demandas e consequências da quarta revolução industrial, e as contribuições das entidades do Sistema Indústria (CNI, SESI, SENAI e IEL) na preparação do setor para o

futuro. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, traçou paralelos entre o período em que ocupou o Palácio do Planalto (1995-2002) e o momento atual, deixando uma mensagem de perseverança e otimismo.

No dia seguinte, no diálogo com os presidenciais, recebemos seis postulantes ao cargo de presidente para conhecermos seus planos e como pretendem concretizá-los, mas também para apresentarmos sugestões. Entregamos a eles um conjunto de 43 propostas abrangentes, elaboradas com a contribuição das Federações das Indústrias, das associações setoriais e do Fórum Nacional da Indústria (FNI). Os estudos oferecem soluções para entraves em diversas áreas, como política fiscal, infraestrutura e educação.

Organizada pelo SENAI e pelo SESI, entre os dias 5 e 8, a 10ª Olimpíada do Conhecimento foi mais uma amostra da excelência do ensino ministrado pelas duas instituições, assim como do seu contínuo processo de evolução e atualização. Os resultados do torneio, que teve 505 alunos competidores e mais de 46 mil visitantes, comprovaram o acerto do investimento feito na educação profissional como fator essencial para impulsionar a competitividade da economia e para permitir a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Essas três iniciativas bem-sucedidas, que tiveram grande repercussão nos meios de comunicação, somam-se a outras realizadas pelo Sistema Indústria, como a construção de uma rede de Institutos de Inovação e de Tecnologia em todo o país, e a elaboração das Agendas Legislativa, Internacional e Jurídica da Indústria. O objetivo é tornar o setor industrial brasileiro mais competitivo, bem como influenciar positivamente os rumos da nação, com crescimento da economia, criação de empregos, equilíbrio ambiental e oportunidades para todos.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Diálogo Candida da

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

2018

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA

PARA AS ELEIÇÕES

*Mais de 2.000 empresários e dirigentes
do Sistema Indústria estiveram presentes
ao evento em Brasília*

da Indústria com
atos à Presidência
a República

INDÚSTRIA SABATINA PRESIDENCIÁVEIS

CNI REALIZA PRIMEIRO ENCONTRO DE CARÁTER NACIONAL COM PRÉ-CANDIDATOS AO
PALÁCIO DO PLANALTO; OS SEIS NOMES MAIS COMPETITIVOS ESTIVERAM PRESENTES

Ajuste nas contas públicas, reforma tributária e eliminação de gargalos para o desenvolvimento econômico. Essas três medidas foram ponto em comum entre os seis pré-candidatos ao Palácio do Planalto que participaram do *Diálogo da Indústria com os Candidatos à Presidência*, evento organizado em Brasília pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no dia 4 de julho.

De diferentes maneiras, Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede), Jair Bolsonaro (PSL), Henrique Meirelles (MDB), Ciro Gomes (PDT) e Álvaro Dias (Podemos) afirmaram que a retomada do crescimento econômico, com geração de empregos e maior produtividade, exige um diálogo ainda mais amplo com o Congresso Nacional, com empresários, com trabalhadores e com a sociedade brasileira.

Após uma apresentação inicial, cada presidenciável respondeu a três perguntas, baseadas em alguns dos 43 documentos elaborados pela CNI com diagnósticos e soluções a serem adotadas pelo próximo governo. Todos os pré-candidatos receberam os cadernos setoriais e fizeram referência a eles durante seus discursos.

Os documentos apresentaram um conjunto de desafios que o próximo governo terá de enfrentar para assegurar um ciclo duradouro de crescimento econômico. Levar adiante as medidas propostas exigirá do próximo presidente da República liderança política, ação e capacidade de negociação. “Essa tarefa precisa ser atrelada a um diálogo construtivo com os partidos políticos e à formação de uma base de apoio no Congresso Nacional, que permita a aprovação de reformas estruturais para fazer o país avançar”, disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Segundo Andrade, após o Brasil atravessar a pior crise econômica e política das últimas décadas, a decisão que será tomada este ano pelo eleitor brasileiro, na escolha de seus

governantes e de seus representantes nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional, se torna ainda mais importante. “A indústria tem tido papel indispensável como fonte de soluções para a criação de empregos de qualidade, para o aumento de produtividade e para a inovação”, registrou o presidente da CNI.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Em comum, a agenda de competitividade proposta pela indústria tem como objetivo a criação de um ambiente institucional e de negócios que fomente o empreendedorismo e o crescimento. Para isso, segundo a CNI, o próximo governo terá de avançar na agenda de segurança jurídica, na melhora da qualida-

que entreguem benefícios efetivos aos cidadãos e que estimulem as atividades produtivas — em vez de desestimulá-las ou onerá-las.

Primeiro a falar na série definida por sorteio, Geraldo Alckmin disse que, se vencer as eleições, fará reformas estruturantes ainda no primeiro semestre do próximo ano. Entre as prioridades estão a simplificação tributária, com unificação de impostos, a revisão do modelo de representação política e a reforma do sistema previdenciário. Ele afirmou que pretende reduzir o imposto de renda de empresas como incentivo à retomada e atração de investimentos, o que, segundo o candidato, é o que garantirá a geração de empregos e renda no país.

Cláudio Petrycoski, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), elogiou as propostas de Alckmin. “Pelo menos é o que nós empresários gostaríamos de ouvir. Temas como descentralização e desburocratização são importantes. A reforma tributária foi um tema que me chamou atenção, ao dizer que vai tentar implementar a cobrança mais simples, com impostos como o IVA (Imposto de Valor Agregado). Ele também falou sobre a reforma da Previdência, trazendo dados e informações técnicas que mostram que o sistema atual é insustentável tanto eco-

nomicamente quanto financeiramente”, disse Petrycoski.

Marina Silva, segunda a falar, defendeu uma reforma política que contemple o fim da reeleição, a quebra de monopólio de partidos, com a possibilidade de candidaturas independentes, e a aprovação do voto distrital misto. Para ela, a composição de um governo com base em meritocracia será prioridade, caso eleita. “Não podemos repetir as mesmas práticas que nos trouxeram os problemas atuais”, afirmou a candidata da Rede Sustentabilidade.

Na opinião de Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira, presidente em

“A indústria tem tido papel indispensável como fonte de soluções para a criação de empregos de qualidade, para o aumento de produtividade e para a inovação”

Robson Braga de Andrade, presidente da CNI

de da governança do poder público, em medidas para melhorar a educação e ampliar os acordos internacionais e nas reformas da Previdência Social e tributária.

Andrade disse que a instabilidade de regras, a falta de clareza nas leis originadas do Congresso Nacional e as mudanças constantes na interpretação de leis e conflitos entre Poderes têm criado um ambiente de elevado custo para o investimento, que serve como freio ao crescimento da economia. Em relação à governança, ele destacou a urgência da disseminação de uma cultura de boa gestão e de eficiência no poder público, que resulte em políticas públicas



Geraldo Alckmin (PSDB)



Marina Silva (Rede)



Jair Bolsonaro (PSL)



Henrique Meirelles (MDB)



Ciro Gomes (PDT)



Álvaro Dias (Podemos)

Braga de Andrade defendeu diálogo construtivo para fazer o país avançar, ao receber presienciáveis

Fotos: Sérgio Lima, Miguel Ângelo e André Carvalho / CNI

exercício da Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC), “Marina tem um caráter excepcional, mas o que queremos ouvir são candidatos que verdadeiramente falem que vão fortalecer a indústria e desburocratizar a economia”. Segundo ela, na questão da reforma trabalhista, a pré-candidata disse concordar com a reforma, mas que precisa ser revisada. “Isso nos deixa apreensivos, porque sabemos que o Brasil precisa de empresas gerando empregos e renda”.

Terceiro pré-candidato a falar, Jair Bolsonaro afirmou que, se eleito, vai aproximar o Brasil de países com os quais haja lucro mútuo do ponto de vista econômico. Segundo ele, “nosso comércio não pode continuar sendo feito pelo viés ideológico. O Mercosul foi muito bem gestado. Ao longo do tempo ele, infelizmente, mudou de lado. Passou a

ser uma arma para uma grande política que integre no bolivarianismo o nosso Brasil”. Ele também defendeu a modernização da legislação trabalhista, aprovada em 2017.

REFORMA TRABALHISTA

“Bolsonaro falou de forma geral sobre vários temas. Foi incisivo na questão da segurança pública e deu um sinal positivo para os empresários ao falar sobre a reforma trabalhista. Mas em alguns assuntos, como a reforma da Previdência, não disse precisamente qual é a sua posição”, avaliou Pedro Alves de Oliveira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG). Para ele, o pré-candidato “demonstrou um grande interesse em corrigir as distorções do país, inclusive a questão da observância das leis e a segurança jurídica”.

Ao abrir o evento na parte da tarde, Henrique Meirelles, quarto pré-candidato a falar, reconheceu que há pouca competição no mercado financeiro brasileiro. “Na estrutura do mercado existente, temos a vantagem de ter milhares de agências bancárias no país. Entretanto, isso também gera uma barreira de entrada de novos agentes. Existe uma solução que o mundo inteiro está buscando que são as fintechs — empresas financeiras eletrônicas. Assim, não há necessidade de fazer 3.000, 4.000 agências, o que é a barreira de entrada de novos bancos”, afirmou o nome do MDB, que foi presidente do Banco Central nos governos Lula e ministro da Fazenda de Michel Temer.

Ricardo Alban, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), acredita que “Meirelles

PRESIDENCIÁVEIS RECONHECEM A IMPORTÂNCIA DE CONTROLAR O CRESCIMENTO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

Dados para os meses de dezembro, em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central

*Dado de maio

apresentou propostas que convergem para as demandas do setor industrial". "Mostrou coerência, ressaltando sua experiência e seu papel na condução da economia nos governos Lula e Temer. Tratou de temas caros ao país, já conhecidos, mas que ainda exigem soluções, como criação de emprego e renda, controle da inflação, segurança, saúde e educação básica e profissionalizante. "Um ponto importante em seu favor é a visão abrangente sobre a economia", disse Alban.

PLANO ESTRATÉGICO

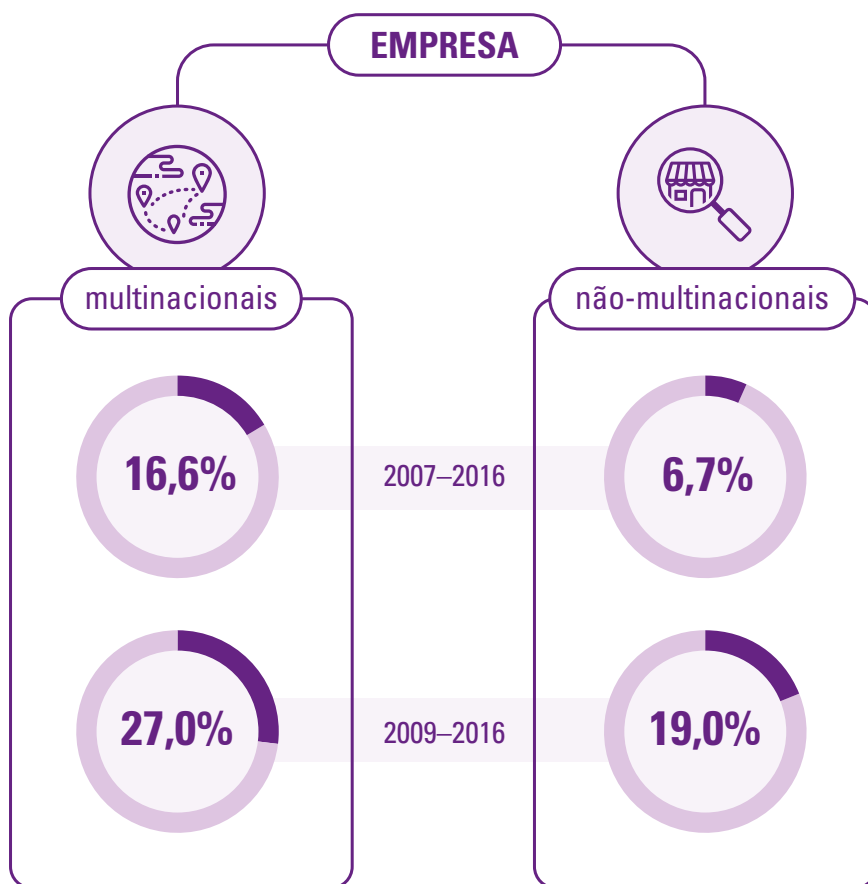
Quinto a falar durante o evento, Ciro Gomes afirmou que, se for eleito, quer estruturar estratégias nacionais de desenvolvimento. Segundo ele, falta uma concepção estratégica de país desde a década de 1980. O Brasil apostou no crescimento por meio do consumo, sem proposta sólida de desenvolvimento da produção, disse. Ele defendeu um amplo diálogo para o país avançar: "Não vamos sair do atoleiro sem esse amplo diálogo. O Brasil está proibido de crescer por fatores que o mercado, sozinho, não tem condição de resolver. Estado e iniciativa privada têm papel central", declarou o presidente do PDT.

Para Cíntia Ticianelli, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Ciro Gomes é sempre polêmico mas, por ser economista, tem facilidade com os números e com o quadro econômico do Brasil. "Ele trata bem de assuntos como educação e redução dos custos da máquina pública. Mas quando ele não deixa o mercado funcionar, quando não dá liberdade para a prática de preços e quer uma intervenção muito grande, acredito que isso possa trazer muitas ineficiências para a economia e para o progresso que queremos para o Brasil", disse a dirigente maranhense.

Último pré-candidato a falar, Álvaro Dias defendeu um modelo educacional que possibilite a elevação dos índices de produtividade. "O investimento em educação infantil de um dólar dá um retorno de seis a sete dólares e, há quem diga, de até 13 dólares, o que influi no

PROBLEMAS DE COMPETITIVIDADE LIMITAM O CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DE EMPRESAS BRASILEIRAS

Crescimento acumulado comparado das exportações por grupos de empresas brasileiras



Fonte: Funcex/CNI com dados do IBGE

crescimento econômico do país porque possibilita ao cidadão alcançar, na plenitude, as suas potencialidades. Queremos ensino fundamental com tempo integral e foco especialmente no ensino técnico, para qualificar mão de obra para o desenvolvimento industrial, já que sofremos a desindustrialização".

REFUNDAÇÃO DO ESTADO

Segundo Marcelo Thomé da Silva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), "Dias fez um diagnóstico bastante lúcido do cenário nacional. Acho que o ponto forte do seu discurso é a proposta de refundação do Estado brasileiro, baseada no estrito cumprimento à legislação, ou seja, todos realmente devem ser iguais perante a lei

e cumprir o regramento jurídico vigente. Ele perpassou por assuntos que interessam à indústria, como uma forte redução do Estado, simplificação tributária e desburocratização dos processos", disse o presidente da FIERO.

Desde 1998, a CNI promove encontros com os candidatos à Presidência da República objetivando conhecer suas ideias para governar o país. Para os próximos quatro anos, a CNI reforçará a necessidade de ampliação da agenda de reformas – sobretudo com a simplificação do sistema tributário e a reforma da Previdência Social –, além de defender que os avanços já conquistados, como a modernização das leis do trabalho e a regulamentação da terceirização, não sejam revogados ou desfigurados.

PROPOSTAS BUSCAM MODERNIZAR A ECONOMIA E ESTIMULAR A INDÚSTRIA

CONHEÇA ALGUMAS RECOMENDAÇÕES DOS 43 CADERNOS, ORGANIZADAS AQUI EM OITO ÁREAS

SEGURANÇA JURÍDICA E GOVERNANÇA

Regras claras e estáveis são importantes para estimular o investimento, facilitar o planejamento e evitar incertezas sobre o passado, seja sobre uma regra que já estava em vigor ou sobre uma interpretação jurídica já conhecida. Reconhecer que a insegurança jurídica tem um custo é importante para resolver os problemas relacionados ao tema no Executivo, Judiciário, Legislativo e órgão de controle.

RECOMENDAÇÕES

- Implementar as medidas constantes da Lei nº 13.655/2018 e aprovar o PLS 441/2017, que dispõe sobre a paralisação de obras públicas.
- Realizar estudos aplicados sobre governança e segurança jurídica em grandes obras de infraestrutura no Brasil.

COMÉRCIO EXTERIOR

Ampliar acordos internacionais e diversificar o mercado externo são medidas que contribuem para aumentar as exportações brasileiras. Mas é preciso desburocratizar normas, garantir financiamento adequado e manter um esforço contínuo para identificar barreiras cada vez mais sofisticadas ao comércio e aos investimentos. A indústria brasileira é afetada diretamente por pelo menos 16 tipos de barreiras comerciais que podem ser acionadas na Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo 12 não tarifárias e quatro tarifárias. A adesão do Brasil à OCDE é outro fator que pode

contribuir para essa maior inserção no comércio internacional.

RECOMENDAÇÕES

- Fortalecer o canal de diálogo construído no âmbito da Camex para implementar, com qualidade, as obrigações do Acordo sobre Facilitação de Comércio.
- Implementar a Certificação de Origem Digital com países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), ampliar as emissões de certificados de origem digital e fiscalizar a emissão de certificados de origem.

EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

Ensino de qualidade é fundamental para aumentar a competitividade. Nesse sentido, a CNI defende uma articulação entre os entes federativos, visando a dotar os estados, o Distrito Federal e os municípios de condições técnicas e financeiras para planejar, acompanhar e executar as ações de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. É preciso fortalecer e modernizar o ensino de engenharia. O estímulo à inovação, o que inclui melhorar a estrutura do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), é outro fator importante tanto na área educacional quanto no dia a dia das empresas diante da nova revolução industrial.

RECOMENDAÇÕES

- Aumentar o volume de recursos federais destinados à CT&I e modificar o padrão e a alocação dos dispêndios, com o objetivo de ampliar a efetividade das políticas e fortalecer o ambiente de negócios.
- Levantar necessidades e oportunidades para aplicação de tecnologias digitais nas cadeias produtivas, levando em consideração a diversidade e as diferenças no estágio de desenvolvimento entre empresas.

PREVIDÊNCIA SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO

A reforma do sistema previdenciário vai além da exigência de uma idade mínima para aposentadoria e inclui medidas para melhorar a gestão na concessão de benefícios previdenciários e acidentários e na harmonização das normas previdenciárias e de segurança e saúde no trabalho. Além disso, é preciso avançar na adequação da legislação trabalhista a partir da nova realidade criada pela Lei nº 13.429, que regulamentou a terceirização, e a Lei nº 13.467, que modernizou as relações de trabalho no Brasil.

RECOMENDAÇÕES

- Revisar os critérios que definem a base de cálculo para a contratação de aprendizes, de modo a permitir a alocação eficiente dos esforços e recursos de empresas e entidades formadoras.
- Padronizar os procedimentos adotados pelas agências do INSS na definição dos acidentes de trabalho, conferir segurança jurídica e garantir o direito de defesa das empresas.

SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

Esses são dois temas fundamentais para o bem-estar da população, a competitividade das empresas e o desenvolvimento econômico e social do país. Cerca de 80% dos beneficiários de planos de saúde privados no Brasil têm planos coletivos empresariais ou por adesão. O setor industrial é responsável, parcial ou integralmente, pelo financiamento de quase 22% dos planos de saúde privados no país (10,2 milhões de beneficiários).

A implementação de um plano nacional de segurança pública pode trazer mais tranquilidade aos

brasileiros e às empresas. Entre 2011 e 2016, o roubo de cargas no Brasil aumentou 86%.

RECOMENDAÇÕES

- Estruturar um sistema de remuneração dos prestadores de serviços de saúde baseado em resultados e não no número de procedimentos executados.
- Reestruturar o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), garantindo previsibilidade no aporte e na liberação de recursos.

BIODIVERSIDADE, MUDANÇAS E CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR

O uso sustentável da biodiversidade é uma das frentes mais relevantes da bioeconomia. Seu valor na indústria pode ser avaliado sob duas perspectivas: a da biodiversidade conhecida, que hoje é base econômica de vários setores, como o da agroindústria e de segmentos da indústria farmacêutica e de cosméticos, e a do novo uso da biodiversidade, que dará base para novos modelos de negócio. Além disso, os impactos da mudança do clima constituem um desafio para as indústrias brasileira e internacionais, bem como o melhor aproveitamento dos insumos.

RECOMENDAÇÕES

- Desenvolver linhas e instrumentos de financiamento e estimular capital de risco para empreendimentos que fazem uso sustentável da biodiversidade.
- Fomentar P&D nos diversos estágios do desenvolvimento de novos bens e serviços baseados em recursos da biodiversidade. Criar e fortalecer a marca Biodiversidade Brasileira.

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Aprimorar o planejamento e a estruturação de projetos de infraestrutura reduziria muito os problemas de paralisação de obras públicas e teria impacto positivo sobre o meio ambiente. Por isso, é preciso modernizar a Lei de Licitações, implementar instrumentos de gestão territorial e elaborar guias e manuais, com indicações de metodologias, critérios de avaliação de impactos ambientais e indicadores para cada tipo de empreendimento. É importante, ainda, modernizar o marco institucional do setor de telecomunicações e ampliar a participação privada na área de energia.

RECOMENDAÇÕES:

- Garantir a autonomia decisória e financeira das agências reguladoras, com a aprovação do Projeto de Lei das Agências em tramitação na Câmara dos Deputados.
- Leiloar os aeroportos da Infraero em blocos que se tornem empreendimentos lucrativos e redefinir o papel da Infraero ao final do processo.

TRIBUTAÇÃO E PAGAMENTO DE IMPOSTOS

Simplificar o sistema tributário, modernizar as regras e reduzir o tempo que as empresas gastam com o pagamento de impostos é fundamental para aumentar a produtividade. As medidas propostas vão desde aperfeiçoar as regras de tributação das empresas, para aumentar sua capacidade de investimento, até a desoneração das exportações, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros.

RECOMENDAÇÕES:

- Ampliar e aperfeiçoar a aplicação da rede de tratados bilaterais para evitar a dupla tributação, atingindo um número de tratados compatível com o porte da economia brasileira.
- Aumentar os prazos de recolhimento dos tributos indiretos federais e estaduais e criar um imposto seletivo sobre o consumo.

PRIORIDADE ECONÔMICA É COMBATER O DESEQUILÍBRIO FISCAL

GERALDO ALCKMIN



Foto: Sergio Lima/CNI

O pré-candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin (PSDB) considera que “o grande desafio do mundo moderno é o emprego”, mas que para retomar o crescimento econômico de maneira sustentável, o primeiro problema a ser atacado é o desequilíbrio fiscal das contas públicas, medida essencial para estimular investimentos. “Não tem mais como empurrar para a frente seis anos de déficit primário. Nós estabelecemos dois anos para zerar o déficit e vamos tentar fazê-lo antes disso”, afirmou.

Se vencer as eleições, Alckmin disse fará reformas estruturantes ainda no primeiro semestre do governo. Entre as prioridades estão a simplificação tributária, com unificação de impostos, a revisão do modelo de representação política e a reforma do sistema previdenciário. Ex-governador de São Paulo, ele foi o primeiro pré-candidato a apresentar suas propostas no Diálogo da Indústria com os

Candidatos à Presidência da República, evento que aconteceu no dia 4 de julho.

“Os primeiros seis meses de governo são essenciais para fazer as reformas estruturais”

Geraldo Alckmin, PSDB

Alckmin defendeu a redução da máquina estatal, assim como a realização de privatizações e parcerias público-privadas, mas para isso destacou que é preciso garantir a segurança jurídica no país, por meio de marcos legais seguros e agências reguladoras fortes e apartidárias. Ele afirmou que pretende

reduzir o Imposto de Renda de empresas como incentivo à retomada e atração de investimentos, o que contribuirá para estimular a geração de empregos e renda no país.

O pré-candidato afirmou que seu governo dobrará a renda do trabalhador brasileiro e que buscará melhorar a educação básica no país, medida importante para elevar a produtividade do trabalhador brasileiro.

Ele destacou, ainda, que ampliará a agenda de acordos comerciais e que defenderá os interesses do produto brasileiro no exterior.

“Vamos defender o produto brasileiro por terra, mar e ar no momento em que o mundo está tendo um ataque equivocado de protecionismo. Vamos estabelecer um grande trabalho para conquistar mercados. Vamos acelerar acordos comerciais que estão caminhando e abrir nova negociação com os 11 países do Pacífico”.

PRESIDENCIALISMO DE PROPOSIÇÃO EM VEZ DE PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

MARINA SILVA



A prioridade da pré-candidata Marina Silva (Rede), caso seja eleita para a Presidência da República, é uma reforma política que contemple o fim da reeleição, a quebra de monopólio de partidos com a possibilidade de candidaturas independentes, a aprovação do voto distrital misto e a composição de governo com base em meritocracia. Segundo ela, o presidencialismo de coalizão é um modelo que não funciona mais no Brasil e deve ser trocado por um presidencialismo de proposição.

Segundo ela, essa mudança de modelo político permite governar com base no diálogo e em programas, ao invés de obter apoio no Congresso Nacional em troca de indicações para cargos públicos, situação que prevaleceu nos últimos governos. “Não podemos repetir as mesmas práticas que nos trouxeram aos problemas”, afirmou. “Vou governar com os melhores, pois vejo muita competência na academia, entre

empresários, nos movimentos sociais, nos vários segmentos da sociedade”.

“Marcos regulatórios devem ser bons para os empreendedores e a sociedade, que vai receber o serviço”

Marina Silva, REDE

Segundo ela, é importante construir um ambiente saudável para os negócios, com ajuste nas contas públicas, reforma tributária, eliminação de gargalos para o desenvolvimento do setor industrial e respeito ao tripé macroeconômico, baseado

em câmbio flutuante, superávit primário e meta de inflação. Para Marina, a indústria, que já representou 22% do Produto Interno Bruto (PIB), está bem aquém de suas possibilidades, o que precisa ser revisto num futuro governo.

A pré-candidata da REDE considera que a nova legislação trabalhista (Lei nº 13.467/17), que entrou em vigor no final do ano passado, precisa ser modernizada, pois ainda gera insegurança jurídica. Entre os pontos que precisam ser aperfeiçoados, segundo ela, está a falta de critérios de salubridade para mulheres grávidas trabalharem. “A lei carece de mudanças e revisão, pois há resultados celebrados, como por exemplo a diminuição de processos, com custo elevado para as relações trabalhistas”.

Segundo ela, é preciso investir na indústria 4.0 para que o Brasil se integre às cadeias globais de valor. “O mundo todo passa por esse processo de reestruturação produtiva”.

TEMOS QUE FACILITAR A VIDA DE QUEM QUER PRODUZIR

JAIR BOLSONARO



Foto: André Carvalho/CNI

A redução da burocracia e a desregulamentação de aspectos da economia seriam medidas de seu governo para contribuir com a recuperação da atividade produtiva e da confiança do empresário. Essa foi a principal plataforma apresentada pelo pré-candidato à Presidência da República pelo PSL, deputado Jair Bolsonaro. “É o governo não ficar no cangote do empresário, não lembrar dele só quando precisa de alguma coisa. É o governo entender que ele é o empregado e não o patrão, nessa questão”, disse.

Segundo ele, a indústria não pode continuar sendo tratada como inimiga. “Jamais quero ser patrão no Brasil com essa legislação. Temos que valorizar os senhores, porque sem patrão não há empregado. Ser patrão no Brasil é ser bandido”, afirmou, destacando que é preciso acabar com um certo preconceito de que o empresário é bandido. Além disso, o presidencial

defendeu a desburocratização para a facilitação de negócios e o crescimento econômico.

“Jamais seria patrão no Brasil com essa legislação que está aí”

Jair Bolsonaro, PSL

Questionado sobre a reforma da Previdência Social, ela afirmou que esse é um tema complicado, mas acha que pode ser possível um acordo em relação à definição de uma idade mínima crescente para a aposentadoria no serviço público. “Vamos discutir, mas temos de levar em conta algumas especificidades. Essa é uma discussão para mais para a frente”, ressaltou.

Bolsonaro criticou a atual cultura de barganha em troca de apoio político para assegurar a governabilidade e afirmou que não há uma busca por coligações para a composição de um eventual governo. Segundo ele, caso seja eleito, a atual estrutura ministerial teria até 15 ministérios, para os quais não descarta a nomeação de oficiais das Forças Armadas. “Não dá para continuar a governar o país loteando ministérios, estatais. Se continuar assim vamos todos para o buraco”.

Em relação à educação, ele afirmou que “o currículo escolar não pode continuar sendo esse que está aí. Nas últimas provas do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), 70% da nossa garotada não sabe uma regra de três simples, que dirá uma regra de três composta. O mesmo percentual não consegue interpretar um texto adequadamente. Isso vem da base”.

REFORMA TRIBUTÁRIA SERIA VOTADA EM 100 DIAS

HENRIQUE MEIRELLES



Foto: André Carvalho/CNI

A reforma tributária é uma das principais propostas de ação do pré-candidato à Presidência da República Henrique Meirelles (MDB). O ex-ministro da Fazenda do governo Michel Temer destacou que uma equipe vem elaborando um projeto mais detalhado sobre o tema. A previsão dele é de a mudança ser votada nos primeiros 100 dias de seu governo, caso obtenha a vitória nas urnas.

Tendo como base uma proposta em discussão no Congresso Nacional, coordenada pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Meirelles adiantou que o foco será simplificar a cobrança de tributos. Segundo ele, a ideia é unificar, por exemplo, PIS/Cofins, ICMS e ISS em uma única cobrança chamada de Imposto de Valor Agregado (IVA), com cobrança no local de destino dos produtos e não no de origem. Ele disse

que essa mudança será feita gradualmente para evitar perda de receita para os estados.

“Quando ele (Meirelles) está lá (no governo), o país cresce. Quando não está, o país entra em recessão”

Henrique Meirelles, MDB

A mudança no sistema tributário deixa a cobrança de impostos mais transparente e vai permitir, segundo ele, aumento de arrecadação. “Dados do Banco Mundial mostram que um empresário gastava 2.600 horas por ano para pagar imposto em 2007, e não é trabalhando

para gerar dinheiro para pagar o imposto, é em burocracia, em papel. Já caiu para 1.800 horas em 2016. Meu objetivo é reduzir para 200 horas, seguindo o padrão mundial. Temos que simplificar para ficarmos mais eficientes”, afirmou.

Meirelles citou os resultados obtidos na economia desde quando assumiu o Ministério da Fazenda, em 2016, até abril deste ano, para mostrar que tem condições de resolver os problemas do país. “Pegamos um quadro com 14 milhões de desempregados. O PIB (Produto Interno Bruto) tinha caído mais de 5% em um ano. O país estava com economia em queda livre. Tínhamos 89,5 milhões de pessoas trabalhando quando assumimos o governo, e agora são 91 milhões. Arrefeceu um pouco o crescimento das vagas este ano, é verdade, mas a resposta para isso é simples. Pessoas que tinham desistido de procurar emprego voltaram a ter esperança”.

CAPITALIZAR O BNDES E RECRIAR A TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO

CIRO GOMES



Foto: André Carvalho/CNI

Se eleito para a Presidência da República, o pré-candidato **Ciro Gomes** (PDT) disse que vai aumentar o capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e recriar a Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), extinta no governo Michel Temer e que era usada nos custos dos empréstimos do banco para o setor produtivo. Segundo ele, os custos dos financiamentos no Brasil são muito altos e isso desestimula investimentos, principalmente de infraestrutura.

“Como financiar infraestrutura? Qual é o país do mundo que fez infraestrutura sem o Estado? Volto a dizer, não precisa ser o Estado diretamente. Há mil caminhos, como a concessão, mas é necessário, no mínimo, crédito compatível com esse tipo de atividade. Se eu invisto numa ferrovia ou numa rodovia, o prazo médio de amortização tem que ser diferente do crédito popular, que tem uma demanda exorbitante. É uma evidência que todos nós dominamos, mas na

hora do debate geral do país, a gente parece abandonar a nossa observação empírica”, disse o pedetista.

“O Brasil precisa superar os ciclos de consumo insustentáveis, criados com câmbio apreciado”

Ciro Gomes, PDT

Ex-governador do Ceará e ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, ele lembrou que os níveis de produtividade e de crescimento da economia estão estagnados há décadas e que o país não se preparou para o impacto que a tecnologia teve no modelo produtivo em todo o

mundo. “Estamos afundando estrategicamente como nação. Temos que devolver ao imaginário brasileiro a ideia de projeto nacional”, defendeu.

Ele disse que pretende, se eleito, enfrentar dois temas que classifica como os maiores adversários do crescimento: a taxa de juros e o câmbio. Afirmou, ainda, que quer reabrir a discussão sobre a modernização das leis trabalhistas. “Eu, sozinho, não tenho poder para revogar nada. Mas acho que precisamos voltar a diversos pontos. Meu compromisso com as centrais sindicais é botar essa bola de volta no meio do campo”.

Quanto às reformas, **Ciro** afirmou que os seis primeiros meses de governo são estratégicos para discutir temas como as reformas tributária e previdenciária. Embora tenha defendido um modelo de capitalização para a Previdência Social, ele disse que “é preciso dar ao povo brasileiro o direito de discutir isso” e que pode propor um plebiscito ou referendo sobre mudanças no sistema previdenciário.

REDUZIR O ESTADO PARA QUE O BRASIL POSSA CRESCER

ÁLVARO DIAS



Foto: André Carvalho/CNI

"As reformas são inevitáveis e devem ser feitas nos 100 primeiros dias de governo. As contas públicas estão deterioradas e desarrumadas. É preciso fazer a reforma do Estado, que cresceu muito." Esse é o diagnóstico do pré-candidato à Presidência da República Álvaro Dias (Podemos), ex-governador do Paraná, sobre os desafios da próxima gestão à frente do Palácio do Planalto. Apesar de ser polêmica, a reforma da Previdência Social é imprescindível, assim como a reforma tributária.

Senador, ele defende a reforma do Estado com a redução no número de senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores e o fim de privilégios de políticos, como a verba de representação e aposentadorias especiais. "A reforma do Estado passa por um grande programa de privatizações, de redução das estruturas paralelas, pela reforma do Congresso Nacional, com a redução de deputados

e senadores, e o mesmo com os vereadores, buscando um Legislativo mais enxuto", ressaltou.

*"Forças vivas da
nacionalidade devem
exercer o protagonismo
e refundar a República"*

Álvaro Dias, Podemos

Também é necessária, segundo ele, uma reforma administrativa com a diminuição das estruturas desnecessárias. "Uma redução para cerca de 14 a 15 ministérios. E, por consequência, a eliminação de todos os penduricalhos. Não adianta extinguir o ministro e não

extinguir as despesas decorrentes da existência do ministério. A política do teto de gastos é imprescindível em um país desarrumado como o nosso".

Essa reforma administrativa inclui melhorar a gestão, reduzir despesas com aluguel de prédios e privatizar empresas estatais. "O Estado emagrece para que a sociedade cresça. Quanto maior o governo, menos postos de saúde, menos escolas, menos policiais nas ruas, menos emprego para os trabalhadores. Portanto, esse é o primeiro e o maior desafio. O ajuste fiscal, o controle dos gastos públicos", comentou.

"A melhoria do ambiente de negócios, com a regulação competente e permanente, proporcionará previsibilidade e segurança jurídica, com a eliminação dos obstáculos que tornam difícil empreender. A melhor forma de combater a pobreza é valorizar quem trabalha e quem produz", disse Dias.

FALTA DE LIDERANÇAS AUMENTA INCERTEZAS

O CIENTISTA POLÍTICO BOLÍVAR LAMOUNIER DIZ QUE O PRESTÍGIO PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PODE SER MUITO IMPORTANTE PARA A APROVAÇÃO DE REFORMAS EM 2019

"Sem reformas abrangentes, vamos continuar avançando a passos de cágado", avalia o cientista político Bolívar Lamounier, sócio-diretor da Augurium Consultoria. Apesar de considerar essenciais mudanças na Previdência Social, no sistema tributário, na educação e na área política, ele afirma que, até o momento, o quadro eleitoral não lhe inspira otimismo. "Raras vezes tivemos um processo tão fragmentado e com candidatos que parecem incapazes de empolgar o eleitorado. A permanecer tal situação, teremos um governo fraco, muito aquém do necessário para apressar as reformas de que o país necessita".

Como o senhor avalia as reformas estruturais aprovadas nas gestões dos últimos presidentes da República? Vamos começar com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O governo Fernando Henrique deixou o país preparado para crescer. O ponto mais importante foi evidentemente o

controle da inflação, com o Plano Real, encerrando um período de 33 anos de constantes pressões inflacionárias e quando o Brasil caminhava inequivocamente para a hiperinflação. Depois, mesmo com fortes choques externos, o governo fez algumas privatizações importantes, saneou o sistema financeiro e aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se as diretrizes gerais de seu governo nos campos econômico e político tivessem sido mantidas por Lula, nosso país estaria hoje noutro patamar de desenvolvimento.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez algumas reformas estruturais, mas numa intensidade menor. Como o senhor avalia as mudanças aprovadas no governo dele?

Minha avaliação é a de que o governo Lula foi extremamente tímido no tocante às reformas e à infraestrutura, e desastroso na condução do processo sucessório presidencial. Índices de popularidade podem ser interpretados em termos

de poder potencial. No final do segundo mandato, Lula tinha mais de 80% de aprovação. Com um índice dessa ordem, ele só não podia fazer o sertão virar mar. Nesse sentido, avalio que seu desempenho como presidente foi pífio. Na questão da infraestrutura, por exemplo, ele não fez rigorosamente nada, supondo que devido a um ranço nacionalista, que o impediu de atrair capital estrangeiro em grande volume. Mas o pior de tudo foi a condução do processo sucessório, que impingiu Dilma Rousseff ao país. Ora, se alguma pessoa tinha condições de avaliar o despreparo dela para exercer a presidência, essa pessoa era Lula.

Ainda sob a ótica das reformas estruturais, como avalia os governos da ex-presidente Dilma Rousseff?

Os seis anos de Dilma Rousseff foram um desastre sem precedentes em nossa história política. Essa avaliação dispensa detalhamento, pois os resultados aí estão: quase três anos de recessão e 13 milhões de desempregados, frutos



A hostilidade da sociedade brasileira à classe política não tem precedentes, diz Lamounier

de uma ideologia econômica tacanha e de uma absoluta incompetência política. Se nosso regime fosse parlamentarista, ela teria sido facilmente defenestrada, dispensando todo o complexo ritual do “crime de responsabilidade” e do impeachment.

E o governo de Michel Temer?

O desempenho do presidente Temer é o exato oposto do de Lula e Dilma Rousseff. Com índices microscópicos de popularidade, ele conseguiu aprovar várias medidas importantes, como a flexibilização do pré-sal, o teto de gastos e o fim do imposto sindical. Isso parece inexplicável, mas na verdade é simples. Temer fez toda a sua carreira no Congresso. O político que se forma por esse caminho se beneficia de uma aprendizagem especial a respeito das relações Executivo x Legislativo,

mais humilde e ao mesmo tempo mais densa. Outro fator importante foi, bem ao contrário de Dilma, ele ter escolhido uma equipe econômica de primeira linha e mantê-la blindada o tempo todo.

Desde 1995, todos os governos sempre tiveram de buscar apoio em outros partidos para tentar aprovar suas propostas. A negociação com o Congresso Nacional é difícil?

É sempre muito difícil, pela complexidade de nosso país e por essa aberração que é o nosso sistema de partidos. Durante uma recessão ou quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresce a taxas muito baixas, essas dificuldades tornam-se estratosféricas, pois o conflito distributivo se manifesta em toda a sociedade, todos os grupos corporativos afiam os dentes para disputar seu pedaço e

tal situação se reflete imediatamente na esfera política. Farinha pouca, meu pirão primeiro.

As pesquisas mostram que hoje há um desgaste grande dos políticos e que dificilmente um partido conseguirá obter mais de 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados. É possível governar num sistema com esse número de partidos políticos?

De fato, existe hoje, na sociedade brasileira, um desencanto sem precedentes, diria mesmo uma hostilidade generalizada à classe política como um todo. Esse fenômeno impressiona por sua dimensão, mas é compreensível pelas circunstâncias em que ocorre, tendo em vista a extensão em que a classe política foi atingida pelas investigações de corrupção e, concomitantemente, por uma brutal recessão. Os efeitos políticos disso

serão muito negativos. Desde logo, podemos dar por assentado que a tradicional fragmentação do quadro partidário na Câmara não será revertida; ao contrário, poderá ser agravada, dificultando ainda mais a governabilidade.

Isso dificultará muito a vida do próximo presidente?

Nossa aberrante proliferação de siglas forçará o futuro presidente a fazer das tripas coração para governar e aprovar as reformas que todos sabemos serem imprescindíveis. A questão não é só o número de partidos — isso é o que podemos chamar de fragmentação nominal —, mas a fragmentação efetiva, quer dizer, o grande número de siglas que precisam ser incluídas na base de apoio do governo a fim de constituir a maioria. No caso de emendas constitucionais, cuja aprovação requer maioria qualificada de três quintos em ambas as Casas, a situação é sempre dramática. Salta aos olhos que precisamos de uma reforma política, mas a experiência nessa área, desde a Constituinte dos anos 80, tem sido frustrante. No próximo governo, com uma difícil agenda de ajustes na área econômica, a começar pela reforma da Previdência, as condições por certo não serão favoráveis.

O que pode ser feito para melhorar essa interlocução entre o Executivo e o Legislativo no sentido de aprovar esse tipo de reforma estrutural?

Dada a organização atual do sistema político, tudo depende do prestígio pessoal do presidente da República e da qualidade de seu governo. Institucionalmente, a rigidez do presidencialismo, associada à mixórdia partidária, são um beijo da morte.

Em outubro teremos novas eleições e alguns dos problemas que o setor produtivo enfrenta atualmente são parecidos com os de 20 anos atrás. No atual cenário, quais as perspectivas de o próximo governo promover um avanço regulatório?

Até o presente momento, o quadro eleitoral não me inspira otimismo. Raras vezes tivemos um processo tão

fragmentado e com candidatos que parecem incapazes de empolgar o eleitorado. A permanecer tal situação, teremos um governo fraco, muito aquém do necessário para apressar as reformas de que o país necessita.

Diante desse cenário, que papel pode ter o Legislativo e a sociedade civil?

No Legislativo, dificilmente veremos um índice expressivo de renovação. Teremos mais do mesmo. Se ele não atrapalhar muito, já estará ótimo. E o que dizer da “sociedade civil”? Faz tempo que nem sabemos direito o que essa expressão significa. Neste momento, as elites brasileiras parecem imersas no mesmo marasmo prevalecente, incapaz de propor uma agenda relevante e convergente.

E os governos estaduais, que papel podem ter no sentido de contribuir para uma melhor governança no setor público?

Nos governos estaduais, o que vemos é fundamentalmente o problema fiscal. O mesmo problema do governo federal, só que em escala menor. Estados quebrados, para dizê-lo em português claro. A receita, portanto, é a mesma de sempre: reduzir a gastança, o empreguismo, as despesas previdenciárias e assim por diante.

Além das reformas estruturais, há necessidade de ampliar a segurança jurídica e de melhorar a eficiência das agências reguladoras. Como avançar nessas e em outras áreas e, com isso, estimular a atração de investimentos?

Sem reformas abrangentes — reforma política, tributária, educacional etc. — vamos continuar avançando a passos de cágado. O período Dilma e o que veio depois mostram que o país está todo travado, e só há duas imagens sobre como esse estado de coisas poderia ser superado, ambas meio milagrosas: ou o próximo presidente se revela um líder de primeira linha, ou a “sociedade civil”, atuando de fora para dentro, baliza efetivamente o governo,

impondo-lhe um rumo reformista e exigindo competência.

O pessimismo dos agentes econômicos com a política tem ajudado a retrain investimentos. Nesse contexto, como seria possível estimular o investimento privado?

Ninguém investe no meio de tanta incerteza. Não existe no plano doméstico a quantidade de capital necessária para romper os gargalos e, como antes observei, as eleições estão longe de criar um clima de confiança.

Mudando um pouco de assunto, alguns estudos mostram que a qualidade da educação é importante para acelerar o processo de desenvolvimento tecnológico de um país, especialmente em meio à quarta revolução industrial. O que precisa e o que pode ser feito nessa área?

Na área educacional, o Brasil também precisa de uma revolução, nem mais, nem menos. Uma reforma profunda não só do ponto de vista da organização do sistema, mas também pedagógica, com novos métodos e mais disposição a experimentar e inovar.

Nesse sentido qual deve ser a prioridade: educação básica, educação profissional ou a universidade?

A prioridade é, sem dúvida, a educação básica, cuja qualidade é sabidamente catastrófica. Além de reformas organizacionais e curriculares, já parcialmente encaminhadas, precisamos repensar profundamente o aspecto pedagógico. Repensar os conteúdos e a forma de ensinar. Não me refiro aqui ao lugar comum da “informatização”, tantas vezes apresentada como panaceia, e que acaba tendo resultados modestos. Falo em abordagens inovadoras, experimentais, que aproveitem a capacidade de aprendizagem que os jovens demonstram em sua vida cotidiana. Nas universidades, também, a situação é preocupante: má gestão financeira, ideologização e comportamentos inaceitáveis, que chegam ao cúmulo de minorias ideológicas impedindo a entrada de professores nas salas de aula.



*Fragmentação partidária
no Congresso Nacional
torna muito mais difícil
a aprovação de reformas*



Foto: Marcelo Ermel/FIERGS

BRASIL E ALEMANHA SINALIZAM PARCERIA NA INDÚSTRIA 4.0

Entre os dias 25 e 26 de junho, cerca de 500 empresários alemães e brasileiros se reuniram na cidade de Colônia, na Alemanha, durante o 36º Encontro Econômico Brasil Alemanha (EEBA), para reforçar a cooperação estratégica bilateral entre os dois países. Nesta edição, prevaleceu a discussão de políticas e a promoção do desenvolvimento da Indústria 4.0. Estão em pauta a criação de um projeto-piloto para o desenvolvimento de planos estratégicos de digitalização, a disseminação de tecnologias digitais em pequenas e médias empresas e a criação de métodos de treinamento dentro do contexto da indústria 4.0.

CNI DEFENDE NA OIT MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entende que a Lei nº 13.467/17, que modernizou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está em consonância com todas as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para a CNI, a reforma trabalhista valorizou e sedimentou os conceitos da legislação vigente, não tendo relação com supressão de direitos ou precarização de trabalho. A entidade considera que a inclusão do Brasil na lista de 24 países com casos que serão analisados pela Comissão de Aplicação de Normas da OIT se deu sem qualquer fundamento, uma vez que a nova lei não poderia ferir direitos assegurados na Constituição Federal, que permanecem protegidos.



Foto: Guilherme Quiros



Foto: Miguel Ângelo/CNI

MOSTRA MARCANTONIO VILAÇA DEIXA FORTALEZA E SEGUE PARA O RIO

A exposição com as obras de cinco artistas vencedores do Prêmio CNI Sesi Senai Marcantonio Vilaça para as Artes encerrou sua temporada em Fortaleza no último dia 1º de julho. A mostra segue para o Rio de Janeiro, onde fica de julho a setembro e, em seguida, segue para Florianópolis, onde ficará até fevereiro de 2019. A cada edição, o prêmio contempla cinco artistas, que recebem bolsa para o desenvolvimento de projetos e têm a produção acompanhada por um crítico ou curador de arte. Os vencedores da sexta edição do Prêmio foram Daniel Lannes (RJ), Fernando Lindote (SC), Jaime Lauriano (SP), Pedro Motta (MG) e Rochelle Costi (SP).

TÓQUIO VAI RECEBER EMPRESÁRIOS BRASILEIROS



A CNI, em parceria com a sua congênere japonesa, Keidanren, realizou, nos dias 23 e 24 de julho, em Tóquio, no Japão, a XXI Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Japão. O evento reuniu empresários dos dois países para debater iniciativas para ampliação do fluxo de comércio e investimento entre Brasil e Japão e para o fortalecimento das relações de cooperação em temas relevantes para a relação bilateral. A reunião é realizada anualmente, e sua sede é alternada entre os dois países. O público-alvo do evento são as lideranças empresariais da área industrial e autoridades governamentais.

CNI SE POSICIONA CONTRA TABELA DE FRETE RODOVIÁRIO

A tabela com preços mínimos para o transporte de cargas provoca prejuízos à economia brasileira. Esse é o posicionamento da CNI em relação ao modelo adotado pelo governo federal. Para a entidade, trata-se de retrocesso, uma vez que a fixação de preços mínimos é ineficaz e infringe o princípio da livre-iniciativa. A medida não corrige o problema de excesso de oferta de caminhões no mercado. “O tabelamento do frete inevitavelmente levará ao aumento geral de preços para a população brasileira, em função da alta dependência rodoviária do país”, defende a CNI. “Além disso, de acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), há um elevado risco de que a fixação de preços mínimos resultará na cartelização do setor, com consequências danosas para toda a economia”, complementa.



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil



CNI COBRA ESTABILIDADE NA POLÍTICA ECONÔMICA

LÍDERES EMPRESARIAIS DISCUTIRAM COM ESPECIALISTAS E AUTORIDADES DO GOVERNO FEDERAL CENÁRIOS PARA O FUTURO DO PAÍS DURANTE O ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA (ENAI), EM BRASÍLIA

Evento ofereceu um panorama analítico do contexto político e econômico brasileiro e foi amplamente divulgado pela imprensa



Mais de 2 mil lideranças industriais, como empresários, presidentes de federações e de sindicatos, estiveram presentes na 11ª edição do Encontro Nacional da Indústria (ENAI), ocorrido no último dia 3 de julho, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília. Com o tema *Brasil 2019-2022: a Indústria e o Novo Governo*, a convenção discutiu assuntos estratégicos para o setor como quarta revolução industrial, inovação tecnológica, educação e produtividade. O principal objetivo da convenção foi alinhar posicionamentos institucionais, com foco nas ações de defesa da

indústria nacional e no aumento da competitividade do setor.

Durante o discurso de abertura, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, foi enfático ao defender um melhor ambiente de negócios do Brasil, com maior segurança jurídica e governança. Reforçou, também, a urgência das reformas, como a da previdência e a tributária, e defendeu a forte mobilização empresarial na busca pelas mudanças. “O setor produtivo necessita de sinais claros e firmes de que a política econômica irá se movimentar na direção de maior estabilidade, de melhorias

institucionais e de criação de condições para que o Brasil fortaleça, de fato, a sua indústria”, reivindicou.

Às vésperas do período eleitoral, Andrade pediu responsabilidade ao novo presidente da República e ao eleitorado brasileiro. “As eleições serão um momento decisivo. Se fizermos as escolhas corretas, poderemos colocar o Brasil na rota do crescimento e do bem-estar. Se repetirmos erros do passado, o país continuará no caminho da incerteza e do baixo crescimento”, disse.

Andrade ressaltou, ainda, a importância do *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, documento que deu origem a 43 estudos com diagnósticos e

soluções para os entraves à competitividade do país e para a consolidação de uma indústria nacional inovadora, glo-

“O Brasil pode fazer muito mais. Com reformas econômicas e institucionais, poderemos crescer o dobro da taxa dos últimos anos e reduzir, de forma expressiva, o fosso que nos separa das nações mais avançadas”.

Na sequência da abertura, o presidente Michel Temer falou da força das propostas apresentadas pela indústria ao futuro governante do Brasil. “É preciso ousadia para realizar as reformas que contribuem para o desenvolvimento do

país. Fizemos reformas e colocamos a reforma da Previdência na pauta política do país. Não haverá candidato à Presidência que deixará de se manifestar sobre isso no período eleitoral”, destacou o presidente.

“As eleições serão um momento decisivo. Se fizermos as escolhas certas, poderemos colocar o Brasil na rota do crescimento. Se repetirmos erros, o país continuará no caminho da incerteza.”

Robson Braga de Andrade, presidente da CNI

bal e sustentável. Entre os antigos problemas a serem enfrentados, o *Mapa* trata do sistema tributário complexo e ineficiente, a infraestrutura precária, a educação de baixa qualidade e o financiamento caro ao setor produtivo.



Foto: Sergio Lima / CNI

O presidente Michel Temer e Robson Braga de Andrade (CNI) inauguraram o evento

MAIS GOVERNANÇA

O ENAI contou com painéis de discussão sobre temas da agenda nacional e da indústria. O quadro *A governança do Brasil: os problemas, a agenda, as saídas* teve a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele foi categórico em defender que o sistema político brasileiro precisa de reformas profundas para permitir mais governança ao país. Segundo ele, hoje os partidos políticos são corporações que têm acesso a recursos públicos e a tempo de televisão para defender interesses de grupos, não do país. “A situação em que nos encontramos é de relativa descrença e desordem. Por isso, é preciso liderança. Os líderes precisam dizer claramente o que vão fazer com o país, precisam conversar com o povo. Em uma democracia ninguém impõe, tem que convencer”, afirmou.

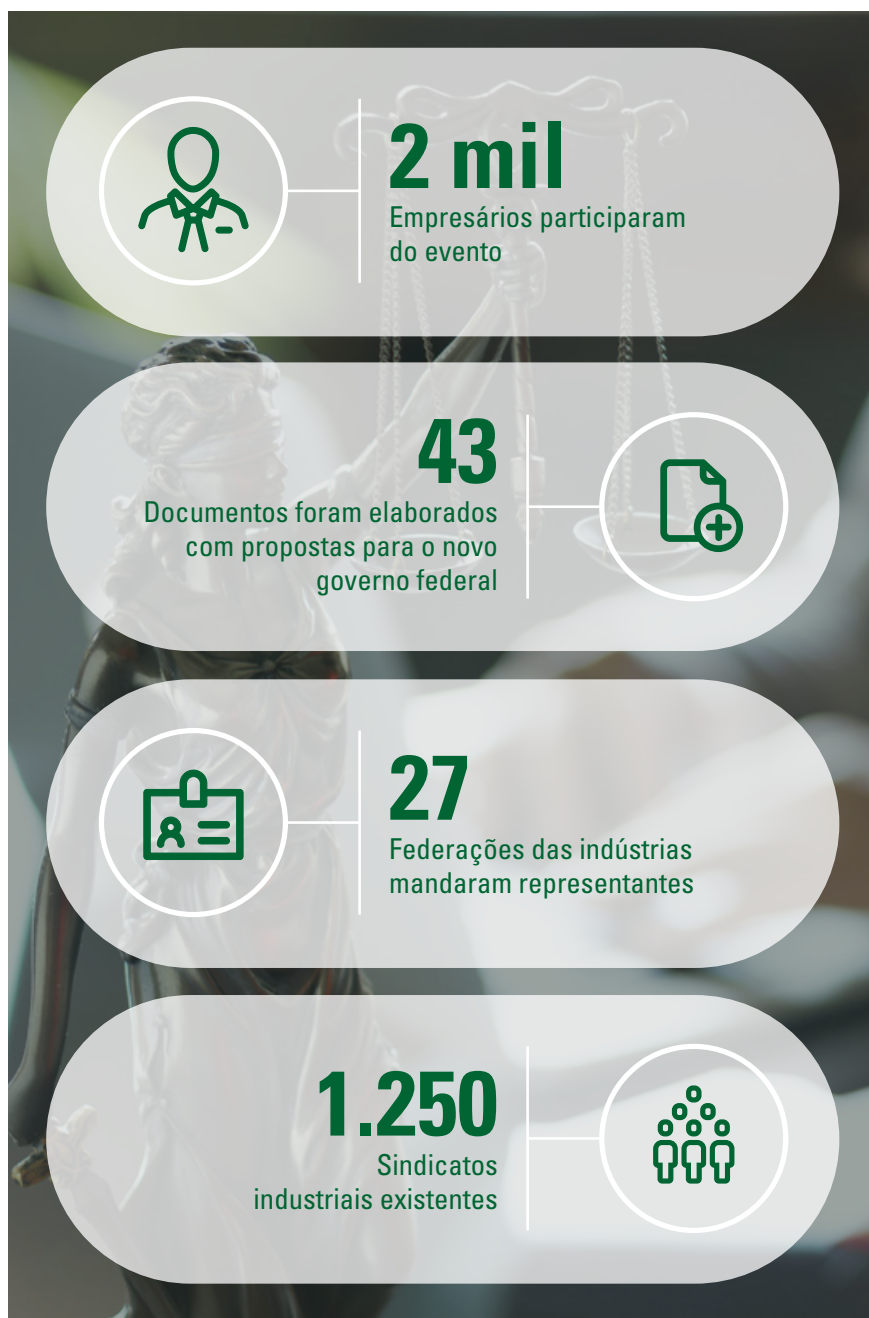
O combate à corrupção foi unanimidade entre os palestrantes do painel. O especialista em direito constitucional Joaquim Falcão destacou que, pela primeira vez na história brasileira, a corrupção será um fator decisivo nas eleições. Pedro Parente, presidente da BR Foods, destacou que a cultura do patrimonialismo e do fisiologismo impede os avanços na melhoria da governança. “Essas características se estendem a todos os níveis de gestão, permitindo o aparelhamento do Estado e a autopreservação do governo”, afirmou.

CONTAS PÚBLICAS

Para o painel *Os desafios para o cenário econômico* foram convidados os economistas Luiz Guilherme Schymura, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), e Otaviano Canuto, diretor-executivo do Banco Mundial. Os dois enfatizaram a importância de o Brasil acertar as contas públicas. Esse será o primeiro passo para a recuperação econômica e a atração de investimentos para o país.

Embora Schymura tenha defendido o ajuste nas contas públicas, ele sabe que essa não será uma tarefa fácil para os futuros governantes. “O ajuste fiscal fará com que o futuro presidente tenha de encarar pautas explosivas, como novas

O ENAI EM NÚMEROS



regras para reajuste do salário-mínimo e do salário de servidores, além do estabelecimento do teto de gastos públicos”, afirmou. Segundo ele, esse processo exigirá do novo governo elevada capacidade de coordenação e negociação.

Na análise de Canuto, a baixa produtividade do país agrava a situação fiscal e, com isso, vai gerando um ciclo problemático na cadeia produtiva brasileira.

De acordo com o representante do Banco Mundial, mais recursos em determinadas áreas, como educação e saúde, não significam qualidade dos serviços. “O Brasil tem um dos mais altos investimentos em educação, em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), e tem um dos piores desempenhos no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)”, declarou.

RUMO AO FUTURO DIGITAL

INDÚSTRIA 2027 PREVÊ QUE QUASE 25% DO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO
ESTARÁ OPERANDO SOB O MODELO 4.0 DENTRO DE DEZ ANOS



*Pesquisa de campo do estudo entrevistou
753 empresas de dez setores industriais*

Como será a indústria brasileira em dez anos? Foi a partir desse questionamento recorrente nas reuniões da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) que surgiu a iniciativa de criação do *Indústria 2027*. Nascido da necessidade de se pensar o futuro da indústria brasileira diante da ascensão de uma série de tecnologias disruptivas que permeiam o modo de produção industrial, o projeto mapeou o estágio de digitalização das indústrias brasileiras e elaborou uma série de recomendações para o Brasil produzir na fronteira da tecnologia.

Segundo Gianna Sagazio, superintendente nacional do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o primeiro passo foi buscar entender em que

patamar as empresas brasileiras estão quando o assunto é a adoção das tecnologias associadas à indústria 4.0.

“Foi preciso saber como estamos, a fim de entendermos o que devemos fazer para termos uma indústria digital que acompanhe o movimento de outros países. A CNI e o IEL encabeçaram o projeto e, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foram desenvolvidos estudos ao longo de 14 meses. Após identificar tendências de inovação, o projeto avaliou os impactos de um grupo de tecnologias disruptivas em determinados setores da indústria. Em seguida, foi possível analisar a capacidade das empresas de lidarem com essas tecnologias”, afirmou Gianna Sagazio.

No fim de maio de 2018, o *Indústria 2027* apresentou os resultados mais recentes do projeto. Uma pesquisa de campo foi realizada com 753 empresas de dez setores industriais: aeroespacial, agroindústrias, automotivo, bens de capital, bens de consumo, farmacêutica, insumos básicos, petróleo e gás, química e tecnologias da informação e comunicação.

O estudo identificou que, hoje, apenas 1,6% das indústrias brasileiras produzem na fronteira tecnológica. Mas a expectativa é positiva, e espera-se um salto para 23,9% até 2027. Além disso, o estudo constatou que, para 65% das empresas, há probabilidade alta ou muito alta das tecnologias da 4ª geração tecnológica – inteligente e conectada – serem dominantes em 2027. O projeto também identificou os setores da indústria que mais apostam na dominância de tecnologias 4.0 até 2027: bens de capital, agroindústria e automotivo.

A pesquisa apontou, ainda, os setores que já operam no modelo 4.0. O automotivo lidera a corrida tecnológica e tem maior percentual de digitalização, com 2,9%. Na sequência, aparecem bens de consumo (2%) e agroindústria (1,8%). Os entrevistados também deram perspectivas de uso das tecnologias na próxima década. Entre os mais otimistas estão: o setor de tecnologias da informação e comunicação, que projeta que 31,5% das empresas vão operar como indústria 4.0 até 2027; química, com expectativa de transformação de 28,2% das indústrias; e bens de capital, com 27,3%.

“Por meio do *Indústria 2027*, cada um desses setores ganhou um panorama de suas potencialidades e desafios. O estudo se comprometeu a retornar para as empresas alguns pontos que podem direcioná-las para um futuro digital, a fim de que mantenham sua competitividade. Dentre as empresas ouvidas e que esperam estar na quarta geração em 2027, 47,5% já têm projetos aprovados ou em implementação. Se essas expectativas se concretizarem, a indústria brasileira verá importantes transformações”, explicou Gianna Sagazio.



Foto: José Paulo Lacerda / CNI

Inovação deve ser um dos principais eixos da política industrial, diz Luciano Coutinho

RECOMENDAÇÕES

A partir das respostas e da análise da influência das inovações disruptivas sobre setores industriais brasileiros, o projeto *Indústria 2027* apontou cinco eixos para induzir o país a avançar em direção à digitalização: priorização do tema no mais alto nível de governo; investimento na capacitação de pessoas e empresas; modernização do Estado, além de regulações e mecanismos de fomento pró-inovação; definição de estratégias diferenciadas; e implementação de programas e instrumentos coordenados.

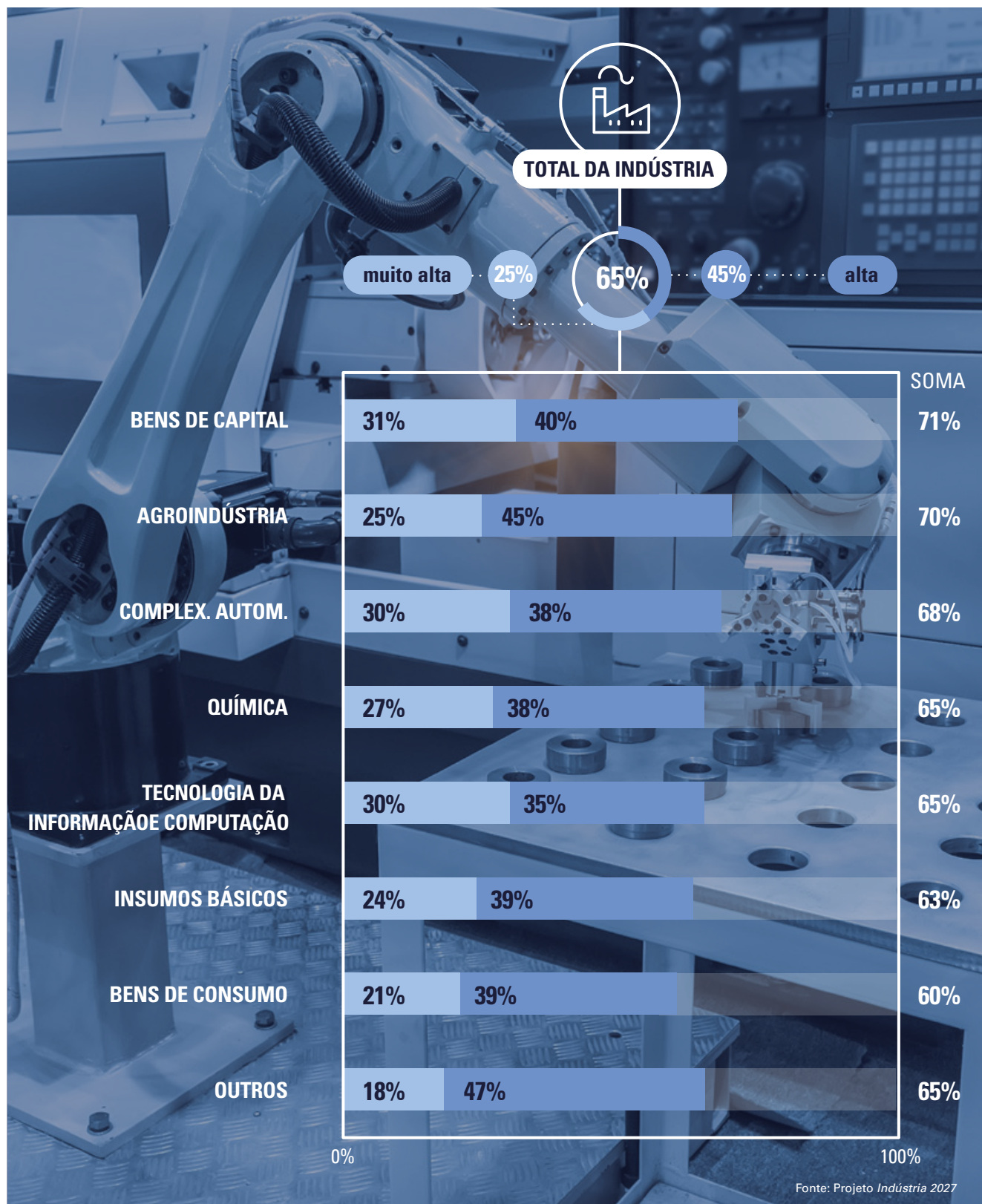
Entre os destaques em recursos humanos está o investimento na capacitação de pessoas e de empresas, que inclui inserir o ensino de tecnologias digitais em todos os níveis de educação e reforçar redes de incubadoras e aceleradoras. Outra recomendação diz respeito à necessidade de modernizar e digitalizar o Estado para reduzir custos, ampliar a transparência e melhorar os serviços do governo.

Fundamentais para a nova revolução industrial, segundo o estudo, são a

disponibilidade de recursos financeiros federais para ciência, inovação e tecnologia e o aprimoramento de instrumentos de incentivo como a Lei do Bem, que poderia permitir a contratação de pesquisa e desenvolvimento externos às empresas, além de incentivos a investimentos em *startups*.

A grande contribuição do *Indústria 2027* é chamar a atenção para a relevância da política de inovação como um dos eixos principais da política industrial. A política industrial demanda uma série de medidas para aumentar a competitividade que envolvem condições macroeconômicas, câmbio, tributos que sobrecarreguem menos a indústria e mais segurança jurídica. Se agrega a essa pauta a grande prioridade da inovação”, afirma Luciano Coutinho, coordenador-geral do *Indústria 2027*. “Os estudos apresentados pelo *Indústria 2027* servem ainda como um grande alerta no momento em que o país está discutindo, em eleições gerais, planos para o futuro”, reforça Coutinho.

**CONHEÇA OS SETORES QUE DIZEM QUE SÃO “ALTAS” OU “MUITO ALTAS”
AS PROBABILIDADES DE QUE TECNOLOGIAS 4.0 SEJAM DOMINANTES
NA ATUAÇÃO DA EMPRESA (EM % DE RESPONDENTES)**

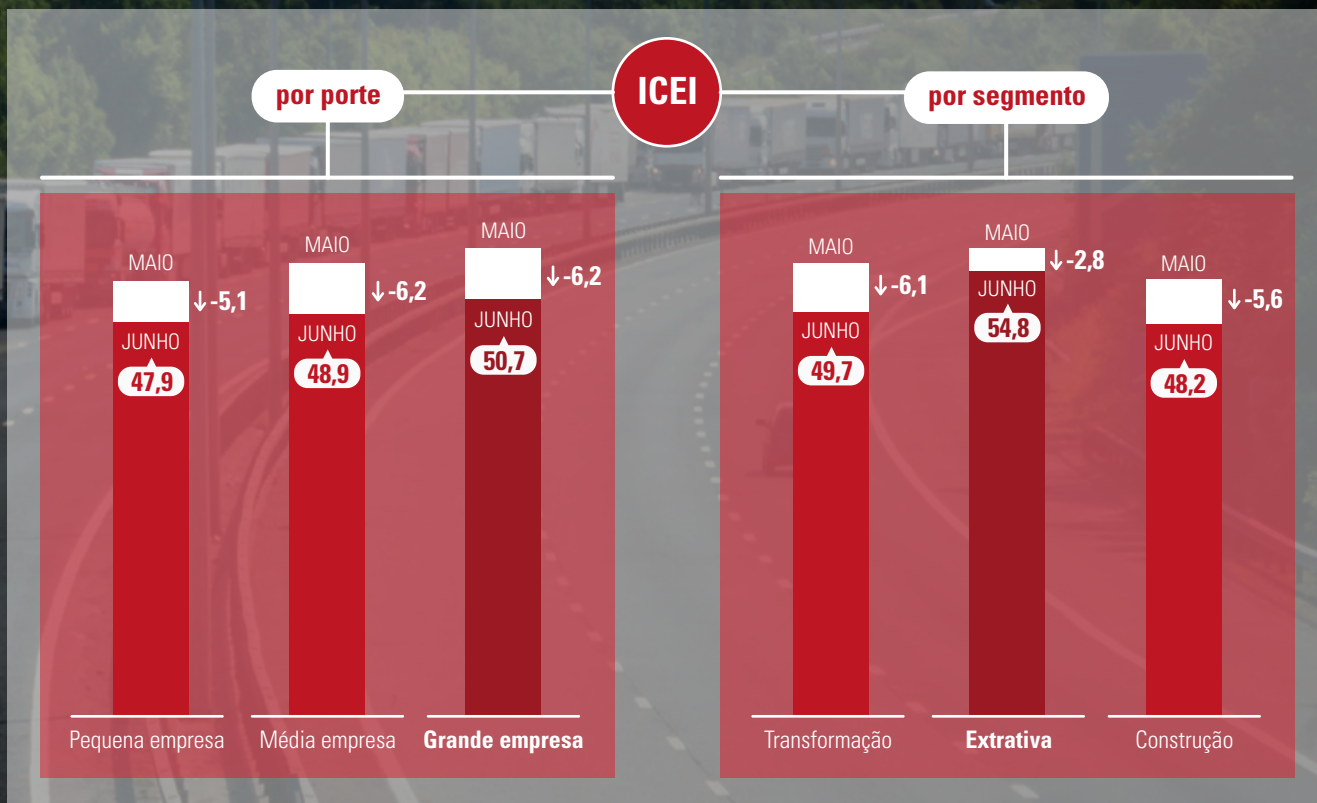


CAMINHONEIROS ATROPELAM CONFIANÇA DA INDÚSTRIA

GREVE NO TRANSPORTE DE CARGAS E TABELAMENTO DO FRETE
LEVARAM À MAIOR QUEDA NAS EXPECTATIVAS DO SETOR DESDE 2010

GREVE DERRUBOU CONFIANÇA NAS EMPRESAS

Estudo mostra que efeito ocorreu em empresas de todos os portes e segmentos



Fonte: ICEI – Ano 20 – Número 6 – Junho 2018

Filas nos postos de gasolina, atrasos nos aeroportos, falta de alimentos em supermercados e interrupção de linhas de produção na indústria foram alguns dos efeitos imediatos dos 11 dias da greve dos caminhoneiros. As consequências da paralisação, no entanto, devem ser duradouras na economia, atrasando a recuperação da atividade produtiva que, antes desse percalço, já se mostrava errática. Um sinal nada animador de que a retomada deve demorar ainda mais para se consolidar é a perda de confiança do empresário da indústria, que pode significar menor propensão ao investimento e ao aumento da atividade produtiva.

Em junho, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) sofreu a maior queda da série mensal, que teve início em 2010. Na passagem de maio, o indicador caiu de 55,5 para 49,6 pontos – abaixo da linha de 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo –,

revertendo as expectativas da indústria do otimismo para o pessimismo. Com isso, o ICEI voltou a ficar abaixo da média histórica, de 54,2 pontos, influenciado, sobretudo, pela piora na percepção dos empresários em relação aos próximos seis meses.

Economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Azevedo considera que a sensação de pessimismo em relação ao futuro pode ser explicada por uma percepção de que os efeitos da solução adotada pelo governo federal, que fixou um preço mínimo para o frete, serão prejudiciais para a economia como um todo. “Os empresários continuam otimistas em relação à própria empresa, mas a forte piora na expectativa em relação à economia sinaliza percepção de que a solução foi ruim,” diz.

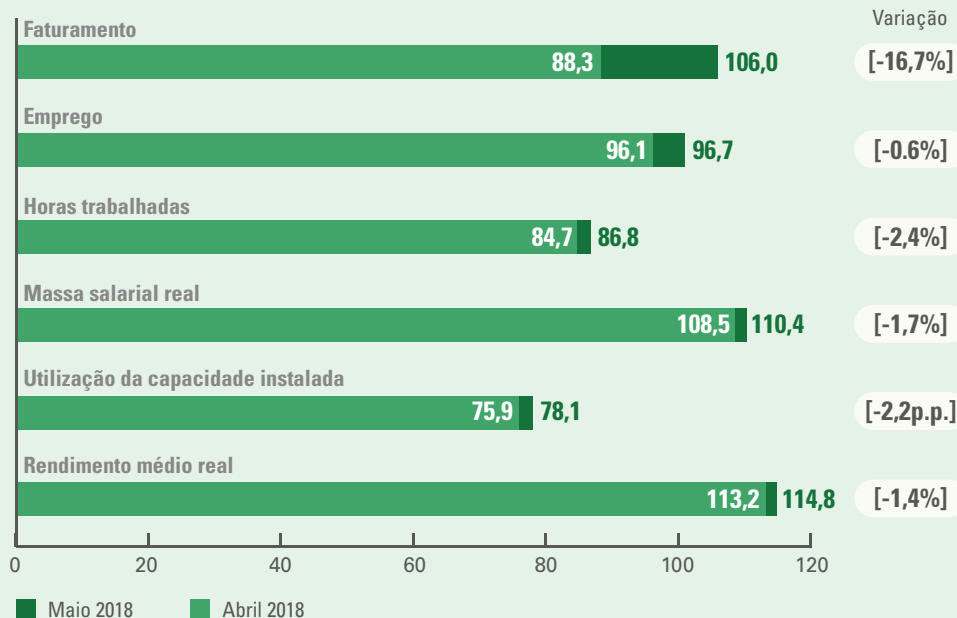
O abalo na confiança, além de significativo, foi generalizado. O ICEI mostra que as perspectivas mais otimistas para o futuro foram reduzidas em empresas

de todos os portes, segmentos – indústria de transformação, da construção e extrativa – e em todas as regiões. Os empresários de grandes empresas ainda se mostram confiantes (50,7 pontos), apesar da queda de 6,2 pontos, de maio para junho. Já os industriais de médio e pequeno porte mostram desconfiança: com 48,9 pontos e 47,9 pontos, respectivamente.

Os problemas no recebimento de insumos e na entrega de mercadorias, que trouxeram grandes dificuldades operacionais para as empresas, contribuíram para abalar a confiança da indústria da construção. O segmento apresentou a maior queda entre os analisados, de 6,1 pontos, de junho para maio. A indústria da construção, que apresenta dificuldades para recuperar o vigor após o fim da recessão, também caiu abaixo da marca de 50 pontos, com baixa de 5,6 pontos no comparativo. A indústria extrativa apresentou redução menor: 2,8 pontos.

Queda generalizada

Paralisação do setor de transportes afetou o desempenho global da indústria



Fonte: Indicadores Industriais – Ano 26 – Número 5 – Maio 2018
Índice de base fixa: média 2006 = 100

FATURAMENTO DESPENCA COM GREVE DOS CAMINHONEIROS

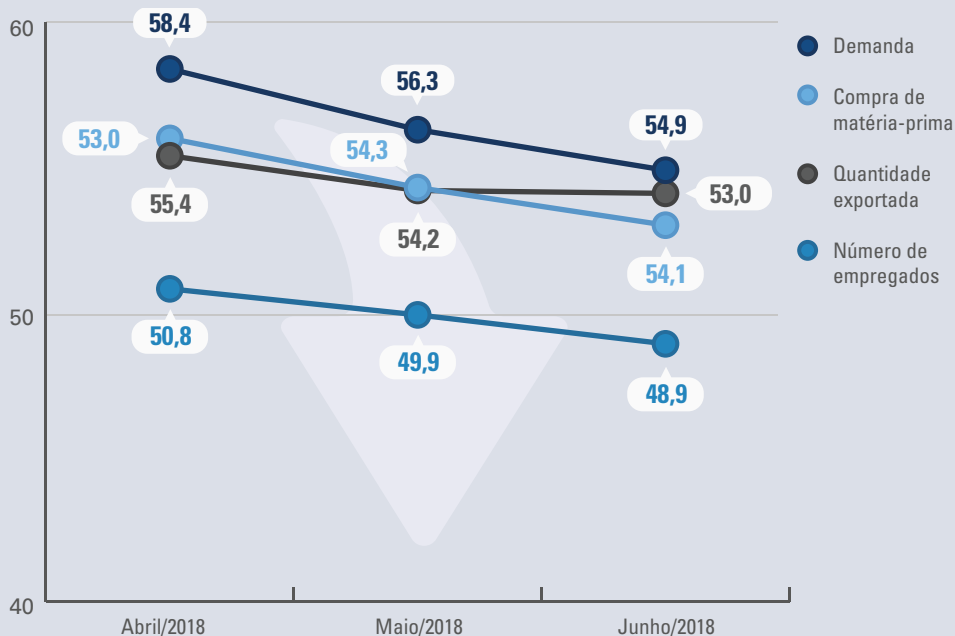
A paralisação no setor produtivo decorrente da greve no transporte de cargas teve forte impacto sobre as receitas da indústria, em maio, segundo o estudo *Indicadores Industriais*, pesquisa que acompanha a evolução da atividade industrial. Na comparação com o mês anterior, o faturamento caiu 16,7% na série livre de efeitos sazonais, agravando o cenário de incertezas e a trajetória de recuperação do setor. Com isso, o indicador chegou ao pior patamar da série, iniciada em 2003. No mês, todos os indicadores apresentaram recuo: emprego (-0,6%), horas trabalhadas na produção (-2,4%), massa salarial real (-1,7%), utilização da capacidade instalada (-2,2 p.p.) e rendimento médio real (-1,4%).

PRODUÇÃO EM QUEDA E OCIOUIDADE EM ALTA

As dificuldades para receber insumos e para escoar produtos levaram a uma forte queda na produção da indústria em maio. Segundo a pesquisa *Sondagem Industrial*, que busca identificar tendências e expectativas da indústria, a produção do setor ficou em 41,6 pontos num mês em que costuma haver alta no indicador. Quando comparado ao mesmo mês de 2017, a queda também foi acentuada: 12,2 pontos. A perspectiva de efeitos prolongados da greve dos caminhoneiros também afetou o otimismo da indústria. Houve redução nas expectativas de demanda (-1,4 ponto), na compra de matérias-primas (-1,3 ponto), no número de empregados (-1,0 ponto) e na quantidade exportada (-1,1 ponto).

Otimismo em baixa

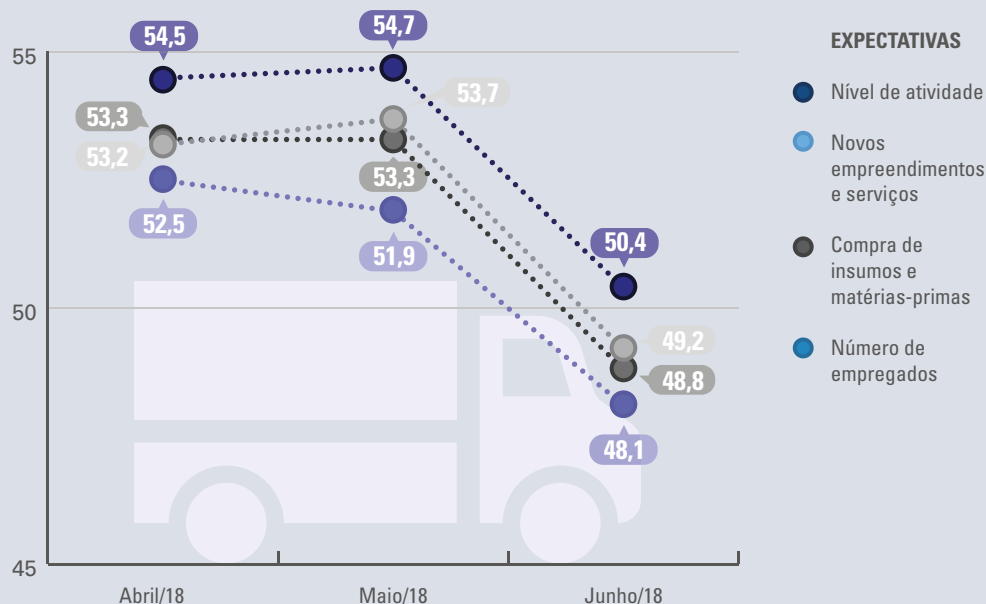
Efeitos da greve pioram as expectativas da indústria



Fonte: Sondagem Industrial – Ano 21 – Número 5 – Maio 2018
Valores acima de 50 pontos denotam otimismo e, abaixo, pessimismo

A volta do pessimismo

Problemas decorrentes da greve derrubam expectativas do empresário



Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 9 – Número 5 – Maio 2018
Valores acima de 50 pontos denotam otimismo e, abaixo, pessimismo

GOLPE NA RECUPERAÇÃO DA CONSTRUÇÃO

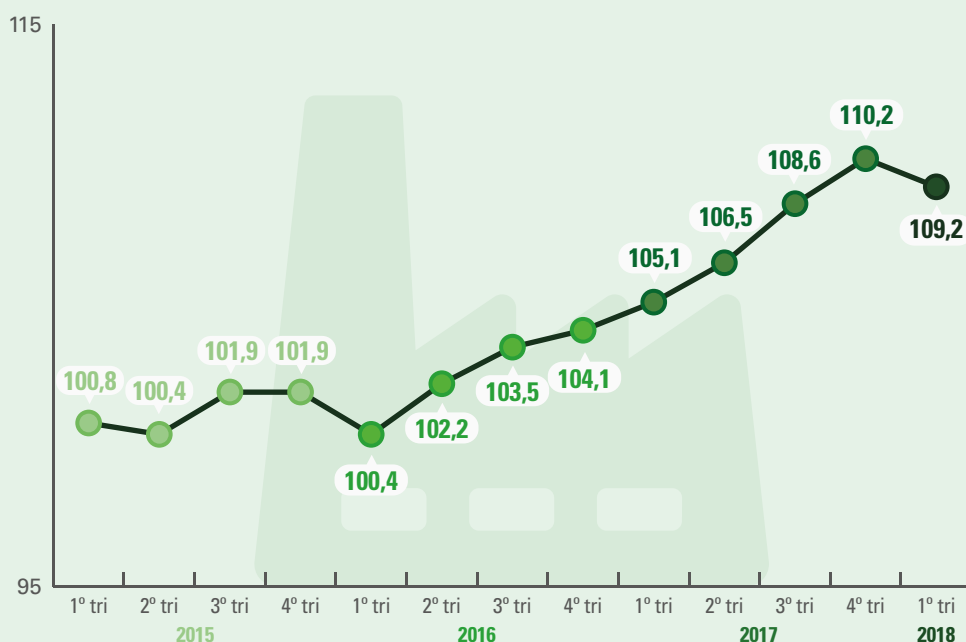
A greve dos caminhoneiros também desferiu um duro golpe na lenta recuperação da indústria da construção. Em maio, o nível de atividade, medido pela sondagem Indústria da Construção, caiu de 46,9 pontos para 44,4 pontos, patamar mais baixo desde julho de 2017 e maior retração desde dezembro de 2014. Além disso, os índices de expectativa dos empresários apresentaram forte queda e reverteram o otimismo para o pessimismo em quase todos os indicadores. Além disso, a intenção de investimento, que vinha em trajetória de alta nos últimos 12 meses, também apresentou forte queda, de 33,3 pontos para 30,6 pontos.

PRODUTIVIDADE EM RETRAÇÃO

A indústria da transformação brasileira apresentou queda de 0,9% na produtividade (volume produzido dividido sobre as horas trabalhadas) no primeiro trimestre de 2018, em relação ao quarto trimestre de 2017, segundo a pesquisa Produtividade na Indústria. No período, as horas trabalhadas subiram 0,5%, mas o volume produzido caiu 0,4%. Essa é a primeira queda no indicador desde o segundo trimestre de 2016. Apesar do dado negativo, ainda é cedo para apontar se o indicador antecipa o fim da tendência de melhora. Em relação ao resultado do primeiro trimestre de 2017, a produtividade mostrou crescimento de 3,4%.

Oscilação no ritmo de crescimento

Incertezas na recuperação afetam recuperação da produtividade



Fonte: Produtividade na Indústria – Número 1 – Jan-Mar 2018
Sem efeito sazonal - Índice de base fixa: média 2010 = 100

INDÚSTRIA DO PARANÁ É 3ª MAIOR DO PAÍS, APONTA IBGE

A indústria de transformação do Paraná ocupa a terceira posição entre os estados da federação. A informação é da Pesquisa Industrial Anual (PIA), que faz parte do Programa Anual das Pesquisas Estruturais por Empresa, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado da pesquisa aponta que a evolução foi gradativa. Desde o início dos anos 2000, o Paraná vinha apresentando melhoras nos índices e o estado passou da 4ª posição para a 3ª no ranking nacional. Para a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), foram determinantes para esse resultado o incremento de cadeias produtivas completas e o investimento em infraestrutura e qualificação de mão-de-obra.

Foto: José Paulo Lacerda / CNI

SENAI AMAZONAS INAUGURA LABORATÓRIO DE CLIMATIZAÇÃO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Amazonas (SENAI-AM) inaugurou, no último dia 28 de junho, o Centro de Climatização SENAI-GREE. O novo laboratório está instalado na Escola SENAI Antônio Simões, em parceria com a empresa chinesa Gree Electric Appliances. O espaço vai beneficiar os alunos dos cursos de refrigeração e climatização. Neste ano, os cursos vão receber 160 alunos. O SENAI oferece formação em técnico em refrigeração e climatização, com 1.200 horas e, na modalidade de qualificação, mecânico de refrigeração e climatização residencial, com 240 horas. Aproximadamente mil alunos se formaram nos últimos cinco anos nas respectivas ocupações.



HIDROVIAS PODERIAM RESOLVER PROBLEMAS LOGÍSTICOS NO PARÁ

Empresários, sindicatos e entidades de classe discutiram, no último dia 5 de julho, a importância da melhoria logística para os negócios no estado do Pará. Durante o evento, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), especialistas indicaram que o modal paraense atual é inadequado e trava o desenvolvimento econômico do estado. Uma das apostas para melhorar o sistema seria o uso do transporte hidroviário, com baixos custos financeiros, capacidade de ampliar demandas de grande escala e possibilidade de conexão com o comércio exterior.



GOVERNO NORUEGUÊS DISCUTE COOPERAÇÃO COM A BAHIA

O SENAI Cimatec da Bahia recebeu, no último 14 de junho, o Encontro de Oportunidades de Cooperação Bahia-Noruega. Representantes do governo, empresas públicas e organizações ligadas ao meio ambiente e energias limpas conheceram as formas de parceria e linhas de crédito para pesquisa oferecidas pela Noruega. As instalações físicas e alguns dos principais projetos em andamento no SENAI Cimatec também foram apresentados aos estrangeiros. Dados levantados pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) dão conta de que, nos últimos quatro anos, a balança comercial foi desfavorável para a Bahia, que importou mais produtos do que exportou para a Noruega. Por esse motivo, a entidade pretende reforçar os laços bilaterais.

FIES APOIA VENDA DIRETA DE ETANOL HIDRATADO

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), Eduardo Prado de Oliveira, defendeu a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto do Senado nº 61/2018, que permite a venda direta do etanol hidratado da usina para os postos de combustíveis. Para a FIES, a proposta marca o fim dos atravessadores e permite maior concorrência no mercado de combustíveis, o que pode contribuir para a queda no preço final para o consumidor. A produção de etanol hidratado no Sergipe chegou a 46 milhões de litros na safra 2017/2018, registrando alta de 6,3% em relação ao período anterior.



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS ALEMÃS DEFENDE LIVRE COMÉRCIO COM O REINO UNIDO

A Federação das Indústrias Alemãs (BDI) defende um acordo de livre comércio com o Reino Unido, mesmo após a saída do país da União Europeia. A Federação acredita que três princípios básicos devem ser aplicados: o acordo deve excluir medidas protecionistas, regular claramente os subsídios aplicados e promover cooperação regulatória. Na análise de Joachim Lang, diretor-geral da entidade alemã, dois anos depois do referendo, "o Reino Unido está correndo em direção a um Brexit desordenado". A cúpula da União Europeia deve se reunir, ainda no primeiro semestre, para definir como será a saída ordenada do Reino Unido do bloco até 2020.

ESTUDO ARGENTINO RECOMENDA MAIOR INTEGRAÇÃO COM O BRASIL

A União Industrial Argentina (UIA), em parceria com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), divulgou, no fim de junho, um estudo analisando a integração produtiva entre a Argentina e o Brasil. Nas conclusões do documento, os pesquisadores apontam que houve uma significativa complementação das cadeias produtivas brasileiras e argentinas nos últimos 25 anos. Entretanto, indicam que há espaço para aumentar a integração. De acordo com o documento, é necessário o estabelecimento de uma agenda bilateral coordenada e eficaz, com integração vantajosa das cadeias produtivas. O estudo pede, ainda, que cada um dos países invista em políticas industriais e tecnológicas como componentes centrais da política econômica.



INDÚSTRIA CHILENA DEFENDE PROJETO PARA BARATEAR TRÂMITES GOVERNAMENTAIS

O presidente da Federação das Indústrias Chilenas (SOFOPA), Bernardo Larraín, elogiou o projeto de lei enviado ao Congresso chileno que pretende reduzir a carga dos trâmites administrativos e impulsionar o uso de documentos digitais. Para o presidente da entidade, a digitalização de processos vai permitir maior modernização e agilidade ao Estado chileno. Larraín afirmou, ainda, que espera que o próximo passo seja abordar temas complexos para melhorar o processo de formulação e avaliação do impacto das regulações. Além disso, Larraín aponta o desafio de promover transformações em parte do Estado buscando cada vez mais independência no ciclo político.



Foto: ShootingStarMax/Wikipedia

INDIAN RAILWAYS VAI ACABAR COM EMISSÃO DE CARBONO ATÉ 2030

A Indian Railways, empresa ferroviária indiana, deve acabar com a emissão de carbono até 2030 graças aos planos de eletrificação dos veículos. A informação foi divulgada pelo Ministro das Ferrovias, Carvão, Finanças e Assuntos Corporativos da Índia, Shri Piyush Goyal, durante a conferência *Rail Contact 2018*, organizada pela Confederação da Indústria Indiana (CII), em Nova Delhi. Ainda de acordo com o ministro, a Índia vem modernizando 476 km de trilhos todos os meses. Nos últimos 64 anos, o frete aumentou em 1344% nas ferrovias indianas e as viagens de passageiros, em termos de quilômetros, aumentaram 1642%.



MEDIDAS PROTECIONISTAS DE TRUMP NÃO AFETAM O JAPÃO, DIZ KEIDANREN

O presidente da Federação Japonesa de Empresas (Keidanren), Hiroaki Nakanishi, diz que as medidas protecionistas impostas pelos Estados Unidos não terão impacto imediato sobre a economia japonesa. Nakanishi considera que o presidente americano Donald Trump administra por “métodos não convencionais”, mas que isso tende a não afetar muito o comércio exterior do país. Para amenizar a situação, a Keidanren defende que a conversa sobre a tributação seja feita não só via Washington, mas também com líderes dos estados americanos. Por isso, a federação vem apoiando missões empresariais às capitais estaduais dos EUA.





Exibição de novas tecnologias cativou os 40 mil visitantes do evento

Foto: Sergio Dutti/CNI

O QUE HÁ NA INDÚSTRIA DE PONTA

OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO MOSTRA, EM BRASÍLIA, AS REVOLUÇÕES NA INDÚSTRIA COM ALTO CONTEÚDO TECNOLÓGICO E SEU IMPACTO SOCIAL

Durante quatro dias, 40 mil pessoas conheceram de perto o papel transformador da tecnologia na sociedade e na indústria. Pelos corredores e estandes da *Olimpíada do Conhecimento*, o público interagiu com tecnologias que promovem o uso eficiente de recursos, a redução dos impactos ambientais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Equipamentos de última geração na área da saúde que, em breve, estarão à disposição de todos, como robô que realiza cirurgias, impressora de gesso biodegradável 3D e pulseira com localizador para pacientes com Alzheimer, foram apresentados ao público que esteve no evento.

As novas formas de mobilidade urbana também ganharam destaque. No espaço dedicado às cidades inteligentes foi apresentado, por integrantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), um carro movido a energia elétrica, com quatro baterias recarregáveis. No mesmo espaço foi instalado um posto ecológico, o Eco Posto, que faz recarga elétrica de veículos por energia solar e dispõe de um sistema interligado com uma linha de produção que fabrica e entrega peças como uma chave de automóvel.

Para a segurança dos motoristas e pedestres, foi apresentada uma faixa de pedestre com sensores que emitem som,

mudam de cor e piscam caso o usuário queira atravessar no momento errado.

CASA INTELIGENTE

A *Olimpíada do Conhecimento* apresentou um modelo de como será a nossa casa nos próximos anos. No quarto, por exemplo, haverá tecnologia com interação no ambiente por comando de voz, travesseiro ergonômico feito com copos e sacolas de plástico, pulseira que avalia a qualidade do sono e um guarda-roupa inteligente. Nele, todas as roupas, calçados e acessórios são catalogados e, na frente do espelho, o usuário testa as combinações entre todas as peças disponíveis, sem precisar vesti-las.

OLIMPIÁDA DO CONHECIMENTO EM NÚMEROS



Na cozinha, eletrodomésticos inteligentes e de última geração, como uma geladeira que informa quando itens estão faltando, fogão de indução cuja chapa não queima a mão do cozinheiro, máquina que faz bebidas quentes e geladas e lavadora com dois cestos, que permite lavar roupas claras e coloridas ao mesmo tempo. No banheiro, uma tubulação especial trata e permite o reaproveitamento da água que sai da lavadora de roupas, das pias e do chuveiro.

No Espaço Gastronômico, uma das atrações mais disputadas foi a Coffee Ripples, máquina que permite ao visitante escolher uma arte que, por meio de uma impressora 3D, projeta imagens na espuma do café. Baixando um aplicativo, o visitante podia pedir o café pelo celular e escolher a própria foto para ser impressa na espuma. Outra atração que fez muito sucesso foi a impressora 3D Pancake Printer, que cria panquecas personalizadas por meio de um programa de computador.

Criada com o objetivo de desenvolver nos alunos competências e habilidades para lidar com a indústria 4.0, a Escola do Futuro mostrou aos visitantes da *Olimpiada do Conhecimento* a

importância de métodos e tecnologias inovadoras também na educação. Na Escola do Futuro, os visitantes conferiram o Espaço Maker, em que os participantes colocaram a mão na massa para criar produtos com o auxílio de diversas tecnologias, das mais simples, como martelos e serrotes, às mais sofisticadas, como drones e impressoras 3D.

NEGÓCIOS INOVADORES

Durante o evento foram apresentados 61 negócios inovadores desenvolvidos por equipes do SENAI e do Serviço Social da Indústria (SESI), no âmbito da Mostra Inova. Os visitantes interagiram com diversas tecnologias, como um drone que localiza pessoas e uma descarga sanitária automatizada que controla o volume de água, além de degustar alimentos com receitas inovadoras, como trufa de pequi, pão de açaí e barra de cereal funcional com resíduos de tilápia e maçã.

A *Olimpiada do Conhecimento* foi palco, ainda, de duas disputas de robótica com 48 equipes de estudantes de 14 a 17 anos do Sesi e do SENAI, que desenvolveram robôs para executar missões de forma autônoma em uma arena

compartilhada, simulando processos de oito segmentos industriais: mineração, panificação, frigorífico, construção civil, máquinas e equipamentos, celulose e papel, veículos automotores e têxtil. Os estudantes lidaram com situações que fazem parte do cotidiano das empresas, tais como gestão de estoques, controle de produção, economia de materiais e inovação tecnológica.

Durante o evento, o SENAI promoveu seletiva para a equipe de robótica móvel, que representará o Brasil na *WorldSkills 2019*, torneio internacional de educação profissional que será realizado em agosto do próximo ano em Kazan, na Rússia.

Realizada de 5 a 8 de julho no Centro Internacional de Convenções de Brasília, a *Olimpiada do Futuro* foi promovida pelo SENAI e pelo Sesi. Segundo o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi, que também é diretor-superintendente do Sesi, “o intuito da *Olimpiada* é mostrar a necessidade de a indústria inovar constantemente para melhorar a qualidade de vida da população, ser mais eficiente no uso de recursos naturais e gerar melhores empregos e renda.”

SESI viva+

MAIS INTELIGÊNCIA.
MAIS SAÚDE.
MAIS RESULTADOS.

**CONTE COM UMA
PLATAFORMA COMPLETA
EM GESTÃO DE SST.**

Problemas relacionados a Segurança e Saúde no Trabalho trazem muitas despesas para a indústria. Pensando nisso, o SESI criou uma plataforma digital para a gestão de programas e serviços voltados para a saúde e segurança na indústria: o **SESI Viva+**. É a solução completa para sua empresa reduzir gastos com despesas legais e aumentar o rendimento da equipe. Tudo isso de maneira totalmente integrada com as novas regras do **eSocial**.

Conheça o **SESI Viva+**.
A plataforma que sua empresa precisa para reduzir os custos e aumentar os resultados.

SAIBA MAIS EM:

 sesivivamais.com.br

 0800 0713010

 atendimento@sesivivamais.com.br

 /SESINacional

 /company/sesi-nacional

 /sesi


Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA